

INSTITUTO AMBIENTAL
data 28 / 11 / 95
cod. MAD 00045

LAUDO PERICIAL ANTROPOLÓGICO ORIGINADO DA CARTA PRECATÁRIA Nº
93.00096-9 COMPONENTE DO PROCESSO Nº 91.13363-9.

PAULO JOSÉ BRANDO SANTILLI

INDICE DO LAUDO PERICIAL

Apresentação	3
Quesitos formulados pela União Federal.....	5
1.	6
2.	7
3.	8
4.	18
5.	21
6.	23
Quesitos formulados pelo Ministério Público Federal	29
1.	30
2.	31
3.	34
4.	37
5.	39
6.	41
7.	46
8.	47
9.	61
10.	73
11.	77
12.	82
Referências bibliográficas.....	87
Índice de plantas cartográficas.....	92
Índice de imagens fotográficas.....	93
Índice de documentos anexos.....	97

Apresentação

O presente laudo trata de apresentar os resultados das pesquisas realizadas em campo e em arquivos sobre as atividades de garimpo na área Raposa-Serra do Sol, localizada no extremo nordeste do Estado de Roraima, tendo como propósito examinar os quesitos formulados pela União e pelo Ministério Público Federal no curso do processo nº 91.13363-9.

Na sequência do trabalho de investigação acadêmica desenvolvido entre os Macuxi no vale do rio Ailan (na área Raposa-Serra do Sol) no período de setembro a novembro de 1993, foi possível dar início ao levantamento de informações referentes a participação dos índios no garimpo. As investigações de peritagem prosseguiram no início do mês de novembro em Brasília, com um levantamento cartográfico da região do extremo nordeste de Roraima, no IBGE e no Centro de Cartografia Automatizada do Exército.

Complementando as informações de campo com as cartográficas, ficou patente que as áreas de maior incidência de garimpo encontram-se nos vales dos rios Quinó, Cotingo e Maú. Ainda em dezembro, com os dados preliminares em mãos, dediquei-me a uma viagem por essa região mais afetada pelo garimpo, onde observei e colhi testemunhos referentes à prática das atividades de exploração mineral e ao modo como tais atividades atingem a vida social dos povos nativos e o meio ambiente.

Na primeira etapa dessa viagem, percorri as aldeias Pedra Preta, no Vale do Rio Cotingo, e Caju, no Vale do Rio Quinó, em companhia dos tuxauas das respectivas aldeias. Seguindo da aldeia do Caju para o "Baixão", a maior concentração de garimpeiros da área Raposa-Serra do Sol, localizada junto às margens do baixo curso do Rio Quinó, ocorreu um incidente que merece registro: dois carros lotados de garimpeiros abordaram-nos de forma intimidatória, alegando que o terreno adiante lhes pertencia e por isso não permitiriam a nossa entrada no local em que mantêm um controle

absoluto e incontestável. Uma vez que as informações essenciais sobre as atividades de garimpo nos vales dos rios Quinô e Cotingo já haviam sido levantadas, por ocasião de tal incidente optei, naquele momento, por evitar o confronto e preferi regressar à aldeia Pedra Preta onde um avião da Funai resgatou a equipe para dar continuidade ao sobrevôo iniciado na região.

O trabalho de campo avançou na segunda metade de novembro quando foram visitadas as aldeias indígenas e instalações de garimpagem no alto rio Maú. Essa última etapa da viagem permitiu-me concluir o levantamento de dados na área global. Permaneci então, durante a primeira semana de dezembro, na cidade de Boa Vista, em que pesquisei os arquivos de órgãos oficiais, em especial a documentação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), como também de entidades civis, isto é, órgãos de imprensa e Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Traçada, em linhas gerais, a sequência dos procedimentos de trabalho, passo a responder a seguir os quesitos formulados pela União e pelo Ministério Público Federal.

A) Quesitos formulados pela União:

1. A área descrita às ff. 4 e 5 representa um polígono fechado?

Sim, a área descrita às ff. 4 e 5 representa um polígono fechado. Tal polígono pode ser descrito, partindo-se do limite norte, situado na serra Pacaraima junto à fronteira internacional Brasil/Venezuela/Guiana, tomando-se como referencial o ponto do marco fronteiriço instalado no Monte Roraima, seguindo-se por limites naturais que delimitam as fronteiras entre Brasil e Guiana a leste, e através de linhas secas contínuas que circunscrevem a área ao sul e a sudoeste, e, contornando-se, a oeste, subindo a montante dos rios Surumu/Miang, e na linha seca que liga as suas nascentes, pela fronteira internacional Brasil/Venezuela, até o ponto inicial do limite norte, situado na serra Pacaraima.

De modo resumido, pode-se afirmar que a área descrita às ff. 4 e 5, representa um polígono fechado, de forma irregular, delimitado por acidentes naturais, os cursos dos rios, e também por linhas secas que se encontram e fecham os contornos da área.

Cabe esclarecer finalmente, que o fato de haver estradas cortando a área nos limites sul, oeste e sudeste, não invalida o fato de a área descrita conformar um polígono fechado.

Os diversos vértices e a conformação geral do polígono traçado na presente descrição, estão delineados, com razoável precisão no mapa nº 1-A, constante à página nº 8 deste laudo. Veja-se no referido mapa que os pontos delimitadores da área em questão formam uma sequência contínua, com os respectivos extremos, coincidentes, sobrepostos, ou mesmo, emendados, interligados, circunscrevendo inteiramente, com clareza, uma determinada extensão de terras, contida, de maneira inequívoca, na figura de um polígono rigorosamente fechado.

2. Qual a extensão dessa área?

A extensão estimada dessa área é de aproximadamente 1.347.810 ha., segundo os dados apresentados pelo órgão indigenista oficial, conforme consta do relatório parcial de identificação da área indígena Raposa/Serra do Sol elaborado pelo grupo de trabalho administrativo, instituído pela portaria da presidência da Funai nº 550/P de 21/10/77.

Cumpra frisar que a extensão dessa área, constante de proposta parcial de identificação, perfazendo um perímetro de cerca de 750 km, não corresponde a uma mensuração precisa do terreno, mas apenas a uma estimativa elaborada de modo aproximado em plantas cartográficas, dado que o processo administrativo de identificação ainda não havia sido concluído à época de sua propositura.

Tal extensão corresponde a área de terras delimitada, em seus contornos gerais, pelo interflúvio Surumu-Miang / Mau (Ireng), compreendendo a sua continuidade à porção de campos e serras situados à margem direita dos rios Mau (Ireng) e Tacutu, e, de outro lado, à margem esquerda dos rios Miang e Surumu. Tal extensão corresponde a essa mesma área de terras com as dimensões específicas conformando as divisas - a linha de fronteira internacional entre Brasil e Guiana, no extremo leste; a margem direita do médio e baixo curso do rio Tacutu, no extremo sul; a margem esquerda dos rios Miang e Surumu, ao oeste; e seguindo em linha reta a fronteira internacional entre Brasil e Venezuela, atinge o limite norte, fechando um circuito completo junto as vertentes meridionais da cordilheira Pacaraima.

3. As terras de ff. 4 e 5 são *terras tradicionalmente ocupadas pelos índios*? Recorde-se que, nos termos do artigo 231, par.1º, da Constituição da República, *são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.* Pormenorizar os motivos pelos quais cada eventual tribo detém posse tradicional na região em questão.

Sim, nos termos do artigo 231, par.1º, da Constituição da República, as terras de ff. 4 e 5 são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

As terras em exame situam-se no interflúvio Surumu - Mau (Ireng), delimitadas pelos rios Surumu e Miang a oeste, e Mau (Ireng) a leste, ambos afluentes da margem esquerda do rio Tacutu, e compreendem duas áreas ecologicamente diferenciadas: uma área de planícies, ao sul, recoberta por gramíneas ralas e arbustos esparsos, conhecida na literatura como campos naturais, e, ao norte, uma outra região de relevo acidentado, junto às vertentes meridionais da cordilheira Pacaraima, onde predominam as serras, geralmente recobertas por florestas, a qual se presta a uma forma de exploração econômica ligeiramente diferenciada daquela empreendida pelos índios nas planícies.

De fato, a extensão de terras descrita às ff. 4 e 5 do processo em questão, situada no interflúvio Surumu/ Mau (ou Ireng), é habitada atualmente por uma população indígena pertencente a dois grandes grupos étnicos, Macuxi e Ingaricó, somando aproximadamente 10.000 indivíduos, distribuídos por cerca de 86 aldeias.

A população indígena habitante nestas terras encontra-se reunida em aldeias compostas por 10 a 200 indivíduos em média, distribuídas em dois ambientes distintos, as serras, em que as

aldeias apresentam uma disposição mais dispersa e uma população amplamente pulverizada, e os campos, onde as aldeias são mais populosas e concentram um número maior de parentelas sazonalmente. Os diferentes ambientes que compõem o território indígena, os campos e as serras, prestam-se, significativamente, a formas de exploração econômica ligeiramente diferenciadas, com as devidas particularidades características em cada local, e de modo semelhante, as tônicas, também distintas, típicas em ambos os contextos, voltadas respectivamente para a pesca, agricultura e pecuária, nos campos, e, para a caça, coleta, agricultura e, ocasionalmente, garimpo manual - praticado, sobretudo desde os últimos cinco anos -, na porção das serras.

Tal região em foco, constitui uma pequena parte do Maciço das Guianas - uma das formações geológicas mais antigas do continente sul-americano -, onde os solos, em estado avançado de laterização, apresentam afloramentos predominantemente graníticos e arenosos, extremamente pobres em matéria orgânica, e impróprios para a agricultura e pecuária intensivas.

Em virtude do relevo acidentado e da composição arenosa do solo, os cursos dos rios são formados por longos trechos encachoeirados nas serras, e de pequena profundidade nos campos, tornando a navegação fluvial inviável, ou quando muito, extremamente difícil e restrita ao extremo sul da área.

O clima, marcado por um rigoroso regime de chuvas e duas estações bem definidas - o período de inverno, com chuvas concentradas nos meses de maio a setembro, e o verão, período alternado de seca, com estiagem prolongada nos meses de novembro a março - acarreta alterações sazonais bastante significativas na fauna e na flora.

As águas das chuvas torrenciais, apenas em parte absorvidas pelo solo, engrossam os leitos dos rios e igarapés, modificando seus cursos durante os meses de inverno, chegando até mesmo a alagar, em grande parte, os terrenos de campos, cobrindo toda a vegetação, inclusive pequenos arbustos, exceto em alguns pontos mais salientes nas planícies que formam pequenas ilhas acima da superfície. Estes tesos, assim como as vertentes das serras, são

locais preferenciais de cultivo de mandioca e milho para os índios que habitam as aldeias das proximidades, os quais, se dispersam em pequenos grupos durante o período das chuvas, e vivem isoladamente nos acampamentos junto às matas, sustentando-se com os alimentos produzidos nas roças familiares e coletados nas florestas mais extensas que cobrem as serras.

Durante um breve período de transição entre as estações, a vegetação até então submersa dos campos, viceja, e os animais deixam os refúgios nos tesos das planícies e isolados nas serras para percorrer seu habitat mais extenso; os índios que se mantinham dispersos em pequenos grupos domésticos, voltam a se reunir aglutinando as parentelas extensas nas aldeias, compondo expedições de caça, e empreendendo as demais atividades de exploração econômica.

Nos meses de estiagem, a vegetação dos campos torna-se seca e esturricada, a folhagem verde vai se restringindo às baixadas próximas às margens dos rios e igarapés, que em sua maior parte são intermitentes, e param de verter água, secando. Os índios voltam-se para os poços nos leitos secos e para os lagos que conservam água, procurando surpreender os animais que buscam o bebedouro nos mesmos locais, e dedicando-se à sua atividade principal nestes meses, a pesca.

Na estação seca, além das várias modalidades de pesca, os índios dedicam-se às atividades referentes à construção e reparo das casas, como a extração de madeiras e argila empregadas na armação e nas paredes laterais, e à coleta de folhas de palmeiras, mais frequentemente de buriti, que utilizam nas coberturas, assim como a coleta de uma grande variedade de fibras vegetais, que se encontram em locais específicos, e são usadas na confecção de diversos artefatos. Enquanto os índios habitantes das aldeias na área de campos costumam deslocar-se para as aldeias na região serrana, à procura de caça e áreas de mata, mais favoráveis para o cultivo, durante o período de chuvas, na estação seca, inversamente, é muito comum o deslocamento dos índios das aldeias das serras em visitas aos parentes que vivem nos campos, visando

aproveitar as melhores condições de pesca, de coleta nos buritizais e de pastagens para os animais de criação.

Nesse mesmo sentido vale notar ainda, e não é menos relevante enfatizar, a existência uma infinidade de caminhos e trilhas nos campos e nas matas, ligando tais locais de coleta, de caça, de pesca, de roças, e as diversas aldeias, que passam a ser intensamente percorridos pelos índios durante a estiagem, quando visitam os parentes, estabelecem relações de troca, de reciprocidade, de afinidade, e mesmo reforçam os vínculos de intercâmbio e de aliança política entre as parentelas, nas festas e celebrações rituais que se realizam preferencialmente nesta ocasião.

As variações climáticas e as características do solo constituem fatores determinantes para o assentamento e a distribuição da população indígena, bem como o aprimoramento de estratégias especializadas de exploração econômica do território, mantendo a integridade de seus sistemas ecológicos.

A localização dessas aldeias, distanciadas entre 10 a 50 km aproximadamente, bem como a sua disposição variável, possibilitam produzir alimentos cultivados - basicamente mandioca, milho, cará, batata, melancia, banana - suficientes para assegurar o sustento dos indivíduos, através das práticas de agricultura de coivara, que implicam na rotatividade das áreas de plantio, e no resguardo necessário para a recomposição dos terrenos, esgotados após o seu aproveitamento com duas ou três colheitas, de modo a evitar, assim, a sua degradação.

As aldeias Macuxi e Ingaricó são formadas por habitações familiares - abrigando famílias nucleares, isto é, pai, mãe e filhos -, variando a sua composição, desde as menores com duas residências, até as mais populosas envolvendo várias dezenas de grupos domésticos. A disposição espacial dessas aldeias não obedece qualquer padrão rígido, apresentando em comum apenas um pátio central de terra batida, ao redor do qual se encontra um agrupamento de casas distribuídas por distâncias variáveis, situadas mais comumente junto às margens dos rios, igarapés, lagos

ou encostas das serras, congregando diversos núcleos familiares de convivência mais íntima.

Nestas sociedades, os grupos domésticos formam unidades produtivas básicas, com ampla margem de autonomia, cada qual trabalhando três a quatro áreas distintas de cultivo próprio, onde empreendem a queima e a derrubada das matas, comunitariamente, através da reunião dos vários grupos domésticos, cabendo a cada família o plantio, a capina e a colheita. Cada grupo doméstico, entre esses povos eminentemente agricultores, trabalha simultaneamente, conforme mencionado acima, três a quatro áreas distintas de cultivo, mantendo os gêneros plantados em cada uma delas em diferentes estágios de crescimento, para assegurar a continuidade da produção de alimentos componentes de sua dieta essencial, durante todo o ano. Cabe mencionar, ainda, entre as atividades agrícolas, o cultivo do algodão, que os índios utilizam principalmente na confecção de redes e tipóias.

Além da agricultura, os Macuxi e os Ingaricó praticam a caça, a pesca e a coleta, enquanto atividades complementares, porém não menos essenciais para a produção dos alimentos que compõem sua dieta básica.

A caça é praticada preferencialmente pelos índios nas áreas de mata, mais abundantes na região das serras, ao norte, e nos trechos de mata ciliar, ou nas cercanias dos lagos, na região de campos, ao sul. As expedições de caça são empreendidas pelos índios durante todo o ano, e com maior intensidade durante o período de estiagem (de novembro a março), quando a produção agrícola é menos abundante, e os hábitos dos animais os tornam mais vulneráveis, ou mais previsíveis, para serem surpreendidos nos locais de bebedouro de água. Embora os animais de caça estejam rareando mais recentemente, em virtude da ocupação colonizadora, encontra-se ainda em território indígena uma grande diversidade de espécies animais - cotia, lontra, ariranha, tatu, catitu, queixada, paca, anta, veado campeiro, veado galheiro - e uma multiplicidade de aves selvagens -, que os índios perseguem em expedições de caça, percorrendo lugares a grandes distâncias (frequentemente em

caminhadas de 2 ou 3 dias) das respectivas aldeias, para garantir o seu sustento.

A pesca é outro meio importante de obtenção de proteínas para a população indígena que habita a área em questão. A pesca, assim como a caça, é praticada ao longo de todo o ano pelos índios e de modo mais intensivo durante o período de estiagem (de novembro a março), principalmente nos grandes rios e lagos localizados ao sul da área Raposa-Serra do Sol. A pesca é praticada em diversas modalidades, individualmente ou em pequenos grupos com anzóis, redes, jiquis, além de uma diversidade de armadilhas confeccionadas pelos índios, ou mesmo coletivamente, com timbó, (cipó que maceram na água entorpecendo os peixes), e, de modo significativo, com maior intensidade, no auge da estação seca, quando chega a tornar-se, muitas vezes, a principal fonte de alimentos dos índios.

Com efeito, os Macuxi e os Ingaricó, assim como outros povos de filiação lingüística Carib, são povos eminentemente agricultores, isto é, cultivam os gêneros alimentícios básicos que compõem a sua dieta. No entanto, as atividades agrícolas com que produzem os componentes básicos de sua alimentação, são necessariamente complementadas com outras práticas, entre as quais destacam-se a caça, juntamente com a pesca e a coleta, podendo-se afirmar com segurança que, mesmo sendo estas atividades, de caráter complementar, não são menos fundamentais para a sobrevivência dos índios.

Essas atividades são, portanto, complementares, tanto quanto fundamentais. Como se pode constatar, a dinâmica de deslocamentos dos habitantes das aldeias da região de campo que empreendendo expedições de caça nas matas da região serrana, e, por outro lado, o movimento dos habitantes das aldeias da região das serras, deslocando-se para os grandes rios e lagos na parte de campos em busca da pesca, comprovam a interdependência das diferentes atividades de exploração econômica exercidas tradicionalmente pelos índios.

Cabe mencionar ainda as atividades de coleta que envolvem tanto a produção de alimentos, como frutos - em especial, bacaba, buriti, mirixi, caju, mamão, araçá -, raízes - compreendendo uma

grande variedade de tubérculos -, e pequenos animais silvestres - gafanhotos, larvas, formigas -, como também materiais para confecção de objetos que compõem um acervo peculiar de cultura material, incluindo fibras - jacitara, arumã, carauá, buriti, entre outras -, resinas - maruai, breu, schpã - e madeiras nativas - pau d'arco, pau rainha, taquara, etc., além de uma infinidade de outros itens, distribuídos localizadamente, com os quais os índios produzem vários artefatos utilizados cotidianamente.

Há que se acrescentar também à relação de atividades de exploração econômica na área, a prática da pecuária extensiva, por parte dos índios, e, em especial, na região de campos, onde a caça é mais acentuadamente escassa, e os habitantes das aldeias criam pequenos lotes de gado comunitariamente, aproveitando as áreas de pastagens disponíveis durante as estações seca e chuvosa; e, por outro lado, os trabalhos esporádicos de garimpagem manual, restritos à região das serras, ao norte, através dos quais os índios adquirem os gêneros manufaturados de que necessitam atualmente.

Além das atividades produtivas mencionadas, há outros fatores de peso que motivam os deslocamentos dos índios pela área, sendo os mais frequentes a visita de parentes em outras aldeias, a prestação de ajuda mútua em trabalhos de abertura de roças e construção de casas, o intercâmbio de gêneros nativos, distribuídos diferenciadamente em cada local e a celebração de festas e rituais comunitários.

Para que se possa compreender devidamente a ocupação tradicional indígena na área Raposa/Serra do Sol, deve-se ter presente que os Macuxi, os Ingaricó e outros povos de filiação linguística Carib na região das Guianas apresentam uma forte tendência uxorilocal, isto é, a prática tradicional do casamento associado à residência posterior do casal na aldeia da família da esposa. De acordo com esta tendência, as mulheres, com o casamento, permanecem vivendo na aldeia de origem, ao passo que os homens deslocam-se no espaço físico e social, durante sua trajetória de vida. Com o casamento, o marido deve mudar-se para as proximidades, ou mesmo para a residência da família da esposa, e se dispor a

prestar serviços aos sogros, trazendo caça, pesca, participando dos trabalhos na roça, na construção ou reparo da casa, na coleta de diversas fibras vegetais, na fabricação de utensílios domésticos, enfim, em todas as atividades masculinas.

A partir da concepção dos primeiros filhos, o jovem casal deve abrir uma área própria de cultivo, construir uma casa, separada da família da mulher, formando assim um novo grupo doméstico relativamente autônomo. Dadas as características da economia nessas sociedades sem qualquer grupo corporado, baseada exclusivamente na divisão sexual do trabalho, em que homem e mulher desempenham todas as atividades necessárias à reprodução e continuidade dos grupos locais, pode-se entender como tais grupos locais se organizam em torno de um homem na posição de líder/sogro, que através de sua habilidade política na manipulação das relações de parentesco, mantém a estabilidade do grupo. As aldeias, constituem-se, assim, de dois ou mais grupos domésticos ligados através de relações de afinidade estabelecida entre os homens casados com mulheres aparentadas. Com o crescimento dos filhos do casal, estes, especialmente os homens, via de regra, deverão visitar outras aldeias à procura de possíveis eventuais parceiras conjugais, nem sempre disponíveis em sua aldeia de origem. A partir de então, com o casamento dos indivíduos das gerações mais novas e o conseqüente crescimento das parentelas, o grupo local pode adquirir outras formas, como um conjunto de irmãos residindo em um mesmo local, junto às respectivas famílias, ou simplesmente dissolver-se com o retorno dos homens casados às suas aldeias de origem.

Resumindo, os dados aqui apresentados permitem concluir, minimamente, que a dinâmica de deslocamento dos índios pela região é uma condição imprescindível, não apenas à sobrevivência física da população indígena, como também à manutenção das formas próprias de sua organização social.

Em síntese, o conjunto dos dados expostos, em resposta a este quesito, permitem afirmar conclusivamente que: dada a disposição espacial das aldeias indígenas na área em questão, desde as aldeias Ingaricó situadas na cordilheira Pacaraima no extremo norte - nas

proximidades do Monte Roraima e do Monte Caburáí. mais precisamente nas cabeceiras dos rios Cotingo e Panari -, passando pelas aldeias mistas nos vales do alto rio Cotingo e alto rio Mau, - compostas por parentelas Macuxi e Ingaricó, as quais estabelecem um fluxo contínuo de relações entre os habitantes da área - até as aldeias Macuxi localizadas junto aos limites ao sul, junto às margens do Tacutu; e, no sentido perpendicular, desde as aldeias Macuxi que se estendem ao longo do curso do rio Surumu a leste, até as aldeias Macuxi que margeiam o rio Mau, no extremo oeste; e considerando-se ainda as áreas de cultivo, de caça, de pesca e de coleta que permeiam os espaços entre as aldeias e estendem-se muito além das suas adjacências - não restam dúvidas -, as terras ocupadas tradicionalmente pelos índios abrangem toda a extensão da área Raposa-Serra do Sol, conforme descrição às ff. 4 e 5.

Esta afirmação é seguramente conclusiva, fundamentada desde as diversas perspectivas de análise examinadas a partir dos vários itens constantes da definição jurídica de terra indígena na constituição brasileira. A sobrevivência física, social e cultural dos povos Macuxi e Ingaricó está indissociavelmente vinculada à ocupação de seu território tradicional, e atualmente encontra-se ameaçada gravemente, exposta a sérios riscos, diante da invasão da área por um contingente crescente de garimpeiros que, entre outras implicações, impedem o livre deslocamento dos índios e restringem as possibilidades de exploração econômica do território por eles ocupado tradicionalmente, afetando irreversivelmente a disponibilidade e a renovação de recursos naturais, tornados inacessíveis ao sustento dos índios em diversos locais dentro dos limites da área em questão.

Não se trata apenas de locais sagrados, de referências míticas, dos sentidos e valores das práticas tradicionais, dos costumes, dos hábitos, das atitudes e posturas consideradas legítimas, ou mesmo das normas que sancionam e garantem a vida das formas próprias de organização social, mas sim de todos esses fatores em conjunto, inclusive o patrimônio mais vasto, os recursos naturais existentes, assim como as possibilidades de seu aproveitamento. Todo esse conjunto, considerado por inteiro e sem

exceções -, é certo, absolutamente confirmado, não restando qualquer margem à enganos-, converge nitidamente e de modo unânime para comprovar a mesma afirmação, permito-me ainda insistir: as terras ocupadas tradicionalmente pelos índios abrangem toda a extensão da área Raposa-Serra do Sol, conforme descrição às ff. 4 e 5.

4. Dentro da área citada vivem índios? Em caso afirmativo, descrever quais as tribos, bem como a sua precisa distribuição geográfica.

Sim, dentro da área citada vivem aproximadamente 10.000 índios, pertencentes a dois grandes grupos étnicos, os Macuxi e os Ingaricó. Dentro da área citada vivem, estimadamente, cerca de 9.350 índios Macuxi e 650 índios Ingaricó, como também, entre esses, alguns indivíduos e famílias originariamente pertencentes a outras etnias -, Wapixana, Taurepang, Patamona -, os quais, no entanto, não chegam a formar uma comunidade autônoma ou diferenciada. Portanto, vivem dentro da área citada, considerados enquanto povos propriamente ditos, isto é, grupos étnicos nitidamente definidos, que apresentam uma organização social peculiar, os Macuxi e os Ingaricó.

Os Macuxi, juntamente com os povos vizinhos, muito próximos cultural e socialmente, que habitam as áreas contíguas a oeste e a noroeste - compreendendo a Gran Savana e as terras baixas adjacentes em território venezuelano -, os Taurepan, os Arecuna e os Kamarakoto, também falantes de línguas pertencentes à família Carib, formam uma unidade étnica mais abrangente, os Femon. O termo Femon, por sua vez, se contrapõe a Kapon, designação esta que engloba os Ingaricó, como são conhecidos em área brasileira os Akawaio, e os Patamona, seus vizinhos a leste e a nordeste que vivem, em sua maior parte, em território guianense.

Esta diversidade de designações étnicas, nominando as distinções e especificidades reconhecidas em e por cada grupo, forma um sistema de identidades que singulariza os índios que vivem na área circum-Roraima diante de outros povos na região das Guianas.

As características essenciais que definem os Macuxi e os Ingaricó, enquanto os povos mais populosos na área etnográfica guianense, são, de modo resumido, a sua estrutura social marcada por uma morfologia não segmentar de pequenos grupos locais, de composição instável, geralmente centrada na figura de um lider-

sogro, com a associação de residência ao parentesco, combinada a norma de filiação indiferenciada e a regras de casamento positivas expressas por uma terminologia de duas seções¹.

A localização de cada grupo dentro da área citada pode ser precisada a partir de um eixo traçado hipoteticamente no sentido leste-oeste. Os Ingaricó, somando uma população de aproximadamente 650 indivíduos, estão concentrados no extremo norte da área, agrupados em 7 aldeias, Cumaipá, Mapaé, Pipi, Sauparu, Serra do Sol junto às margens do alto rio Cotingo, Manailai no rio Panari e Canauapai no alto rio Mau (Ireng). Os Macuxi, somando uma população de cerca de 9.350 indivíduos, encontram-se situados no centro e sul da área, distribuídos entre 78 aldeias, Araçá, Bananal, Bananeira, Barreirinha, Barro, Bismark, Cachoeirinha, Cajú, Camará, Camararém, Canã, Canavial, Canta-Galo, Caracanã, Caraparu I, Caraparu II, Cararuau, Cedro, Central, Congresso, Constantino, Contão, Cumanã, Cumanã II, Cutia, Enseada, Escondido, Flexal, Gavião, Guariba, Japó, Jibóia, Lage, Lilás, Limão, Macedônia, Macuquém, Machado, Pauré (Maloquinha), Marascanã I, Maracanã II, Maravilha, Matiri, Mato-Grosso, Maturuca, Miang (Maloquinha), Monte Morião, Morro, Mudubim, Napoleão, Nova Aliança, Nova Vida, Olho D'água, Pacu, Patativa, Pedra Branca, Pedra Preta, Pedra do Sol, Perdiz, Fiolho, Preguiçinha, Raposa I, Raposa II, Santa Isabel, Santa Maria, Santo Antônio, Santa Cruz, São Bento, São Jorge, Socó, Tabatinga, Taxi, Ticoça, Tucumã, Uiramutã, Vista Alegre, Waromadá, Willimon, e Xumina, localizadas nos vales dos rios Surumu, Cotingo, Mau (Ireng) e junto à margem direita do médio rio Tacutu.

Devo observar ainda que pelo menos 5 destas aldeias, situadas na zona de intersecção entre as etnias - Caracanã, Macuquém, no rio Uailã; Pedra Preta, Flexal, no alto rio Cotingo; e Canã, no alto rio Mau -, são formadas por famílias extensas mixtas, isto é, famílias Macuxi e Ingaricó ligadas entre si por laços estreitos de parentesco, fato este que, por sua vez, vem atestar o caráter contínuo da ocupação dos territórios indígenas na região.

Para se formar uma noção mais pormenorizada e precisa sobre a distribuição espacial das populações indígenas na área, pode-se

consultar informações mais detalhadas (localização de aldeias, e sua qualificação por etnias) apresentadas cartograficamente no mapa nº 1-A, constante à pág nº 8 , que complementam com maiores minúcias os dados fornecidos no texto desta resposta.

5. A área tradicionalmente ocupada pelos índios coincide com a área descrita às ff. 4/5 ?

A área descrita às ff. 4/5 coincide, apenas parcialmente, com a área ocupada tradicionalmente pelos índios nos limites norte, noroeste e nordeste, representados pelo Monte Roraima e pelas cabeceiras dos rios Mau, Miang e Surumu; diferindo, porém, significativamente, nas divisas a leste, a oeste e ao sul, delimitadas pelas linhas secas nas ff. 4/5, as quais excluem, de fato, várias aldeias e territórios importantes de caça, de pesca e de coleta, ocupados tradicionalmente pelos índios.

Tal diferença, apontada acima entre a área descrita às ff.4/5, e a área de ocupação tradicional indígena - que consiste basicamente em determinadas discrepâncias entre as divisas a leste, a oeste e ao sul, delimitadas pelas linhas secas nas ff. 4/5, em contraste com a área de ocupação tradicional indígena, delimitadas por marcos naturais em praticamente toda a sua extensão, abrangendo o conjunto de todas as aldeias inter-relacionadas e os territórios vitais de caça e pesca contíguos, percorridos rotineiramente pelos índios em suas expedições de exploração econômica -, pode ser explicada claramente em função de um dado simples:

A área descrita às ff. 4/5 resulta originalmente de uma proposta preliminar de estudo, apresentada em um relatório parcial de identificação da área Raposa-Serra do Sol, elaborado por um grupo de trabalho administrativo, instituído pela portaria da presidência da Funai nº 550/P de 21/10/77. Devo frisar, no entanto, que o processo administrativo de identificação da área indígena Raposa-Serra do Sol sofreu continuidade nos anos seguintes (posteriores a 1981), prosseguindo a sua tramitação por etapas de trabalho posteriores, tendo sido devidamente concluído em meados de 1993, conforme estabelece o despacho da presidência da Funai nº 9 de 16 de maio de 1993, publicado no D.O.U. de 21 de maio de 1993, que delimita definitivamente a área de ocupação tradicional indígena em 1.678.800 ha., corrigindo precisamente os estudos

preliminares de identificação nas divisas sul, leste e oeste - as mesmas apontadas anteriormente neste laudo - estendendo-as, desde as linhas secas traçadas provisoriamente (como consta na descrição às ff. 4/5), até as margens dos rios Tacutu, Surumu e Mau (Ireng) respectivamente.

Assim sendo, os procedimentos conclusivos de identificação, considerando as pesquisas realizadas em campo com maior precisão, reconhecem o conjunto de todas as aldeias inter-relacionadas, como também os territórios de exploração econômica vitais para a população indígena, coincidindo, portanto, exatamente com o que pudemos verificar durante as investigações desenvolvidas com fundamento em observação direta, conduzidas pessoalmente por este especialista durante os meses de outubro e novembro de 1993, tendo em vista especificamente a presente peritagem.

A área descrita às ff. 4/5 deste processo e a área tradicionalmente ocupada pelos índios, reconhecida por meio de procedimentos de pesquisa conclusivos realizados pela Funai para efetivação da proposta visando a sua identificação administrativa definitiva, podem ser devidamente contrastadas consultando-se o mapa nº 1-A, apresentado à pág. nº 8, que registra, exatamente para efeito de comparação, ambas as delimitações referidas no texto deste laudo pericial.

6. Acaso exista, a área tradicionalmente ocupada pelos índios sofreu a invasão de garimpeiros ou de outras pessoas, tal como descrito às ff. 9/10 ? Em caso positivo, a presença de tais pessoas tem afetado a região ? De que maneira ?

A indagação inicial tem resposta positiva: a área tradicionalmente ocupada pelos índios existe, de fato, conforme foi demonstrado nas respostas aos quesitos anteriores.

Também procede, positivamente, a referida invasão da área em exame, por garimpeiros e demais pessoas envolvidas com atividades relacionadas à garimpagem. A presença de garimpeiros na área em questão começa a ocorrer, de modo disperso e esporádico, a partir da década de 1920¹, no entanto, somente nestes últimos anos, mais precisamente desde 1990, a área enfocada passou a ser invadida por um grande contingente de garimpeiros, em decorrência das operações para a retirada de invasores da área indígena Yanomami, conforme atestam notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa local e nacional, e documentos enviados pelas comunidades indígenas às autoridades competentes¹, durante o período acima referido.

Com efeito, devido a instalação de um número crescente de invasores explorando minérios nos últimos quatro anos na área Raposa-Serra do Sol, a presença maciça de garimpeiros, seguidos por tantos outros envolvidos em atividades correlatas ao garimpo, tem afetado a região de modo qualitativamente diverso do que ocorria em períodos anteriores.

A presença de um contingente expressivamente maior e crescente de invasores nestes últimos anos, ampliou as atividades de garimpagem, tornadas extensivas a diversas áreas que até então permaneciam inexploradas, e, o que é mais grave, promoveu a introdução de métodos para extração de minérios mecanizados, praticados desde então sistematicamente em larga escala, causando danos irreparáveis ao meio-ambiente e à saúde da população indígena.

A presença crescente dos garimpeiros dentro dos limites da área em questão tem afetado a região em focos de diversas maneiras: a poluição das águas dos rios com óleo diesel e mercúrio utilizados pelos garimpeiros, e a destruição das várzeas e das matas ciliares pela atuação de maquinários, as quais, diga-se de passagem, representam os melhores terrenos agriculturáveis para os índios, são apenas as mais visíveis.

A propagação epidêmica da malária, da leishmaniose, bem como de doenças venéreas, tuberculose, infecções respiratórias e resfriados, entre outras patologias contagiosas, também tem atingido os habitantes nativos da região, de modo fatal, embora menos perceptível ao observador à primeira vista e apenas parcialmente constatável nos registros dos arquivos dos órgãos oficiais responsáveis pela saúde pública.

Considerando-se apenas os dados oficiais¹, registrados nos arquivos da Fundação Nacional de Saúde, os quais se restringem aos casos diagnosticados de malária e leishmaniose, pode-se verificar as seguintes ocorrências na área Raposa-Serra do Sol:

malária

número estimado de lâminas positivas	--	período
185	--	1987
109	--	1988
77	--	1989
472	--	1990
667	--	1991
2.215	--	1992
1.071	--	janeiro a
		junho/1993

leishmaniose

número de casos diagnosticados por análise clínica	--	período
1	--	1983
2	--	1984
1	--	1985
3	--	1986
9	--	1988
16	--	1989
12	--	1990
36	--	1991
44	--	1992

O alastramento destas epidemias, malária e leishmaniose (mais conhecidas na área como febre e calazar respectivamente) entre os índios, está diretamente relacionado à presença crescente de garimpeiros na área, o que tem se agravado significativamente a partir de 1990, gerando uma situação insustentável a longo prazo, para a sobrevivência da população indígena.

Para se fazer uma idéia mais aproximada de tal situação, podemos examinar ampliadamente os dados específicos sobre malária registrados no posto de atendimento de enfermagem localizado junto à aldeia Macuxi do Caju, às margens do rio Quinô, na parte de maior concentração de invasores instalados na área, portanto, na parte mais gravemente atingida pelas atividades de garimpagem no presente momento. Considerando somente os registros efetuados no período de janeiro a novembro de 1993, temos os seguintes dados:

total de lâminas sanguíneas processadas	-	1.504
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios habitantes nas aldeias mais próximas	-	960
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia Caju	-	579
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia Maloquinha	-	172
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na área do Igarapé Azul	-	42
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia Pedra Preta	-	73
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia água Fria	-	7
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na área da Serra Verde	-	7
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia Serra do Sol	-	4
total de lâminas sanguíneas processadas somente entre índios habitantes na aldeia Cumaipá	-	1
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios com resultado positivo / falsiparum	-	178
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios com resultado positivo / vivax	-	221
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios com resultado positivo/falsiparum&vivax	-	7
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios com resultado positivo/formas gametosas	-	25
total de lâminas sanguíneas processadas entre índios comprovadamente infectados por malária	-	431

Tais dados, com efeito, nos permitem constatar com segurança, que praticamente toda a população indígena no vale do rio Quinô foi afetada diretamente pela malária, pelo menos durante o ano de 1993.

Além dos efeitos mencionados sobre a propagação do contágio de doenças, pode-se verificar nas aldeias localizadas nas áreas mais atingidas pelo garimpo, isto é, nos vales dos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng), toda uma série de conseqüências funestas para a população indígena, decorrente da presença de garimpeiros, como por exemplo, alcoolismo, prostituição, desagregação dos laços

de parentesco, contaminação de peixes, comprometimento dos terrenos cultiváveis, alienação dos animais de criação, imposição de atitudes e comportamentos incompatíveis com as tradições comunitárias; consequências estas que constituem sérias ameaças à sobrevivência física e cultural dos índios.

Finalmente, com respeito a presença de garimpeiros, e a maneira como a mesma afeta a região, apresentamos a seguir uma pequena coleta de imagens fotográficas demonstrando os principais pontos atingidos, identificados durante as pesquisas de peritagem na área, em que se encontram instalados os núcleos de maior concentração de garimpeiros.

I. - As imagens expostas às págs. 34 e 36 são fotos aéreas do "Baixão", local do núcleo do acampamento que concentra o maior número de garimpeiros no vale do rio Quinô. Pode-se observar nestas imagens, e igualmente na foto exposta à pág. 35, referente ao garimpo Suapi, situado nas cabeceiras do rio Quinô, as camadas do solo de aluvião junto às margens do rio foram removidas pelos garimpeiros, ao longo de uma extensão considerável, causando a desfiguração do curso do rio, o assoreamento de seu leito, a erosão das margens, a destruição das matas ciliares, a esterilização do solo cultivável, a poluição das águas, além de crateras abertas, formação de vossorocas e amontoados de entulho, comprometendo irreversivelmente o aproveitamento e a reprodução do meio-ambiente circundante.

II. - Estampada acima, na pág. 38 vê-se uma foto aérea do médio curso do rio Cotingo, enfocando o ponto de confluência com o rio Quinô, o seu principal afluente à margem direita. Note-se aqui o contraste entre as águas escuras, porém límpidas do alto curso do rio Cotingo, e as águas poluídas do rio Quinô, claramente definidas no trecho em que se encontram/misturam, às águas do Cotingo. O curso do rio Cotingo, no trecho à jusante da boca do Quinô, também é atingido diretamente pela garimpagem, como pode-se constatar na foto apresentada abaixo, na mesma página; além das águas poluídas por resíduos de petróleo e mercúrio, diversos locais do leito e das margens no baixo vale do Cotingo encontram-se profundamente danificados, sofrendo inclusive avançado processo de assoreamento e erosão.

III. - As fotos apresentadas nas páginas 39 a 42 registram cenas da boca do igarapé Capim, no alto curso do rio Mau (Ireng), um local já bastante explorado pelos garimpeiros em anos anteriores, e que, mesmo depois de abandonado por eles, como se verifica, permanece exaurido e comprometido enquanto fonte de recursos naturais.

B) Quesitos formulados pelo Ministério Público Federal:

1. As malocas e/ou aldeias indígenas, indicadas nos mapas de fls. 40 e 41, estão situadas dentro do perímetro ou limites transcritos às fls. 3/4 da exordial ?

Sim, as aldeias indígenas indicadas nos mapas de fls. 40 e 41 estão situadas dentro dos limites transcritos às fls. 3/4 da exordial.

Devo observar, no entanto, que as 56 aldeias indicadas nos mapas de fls. 40 e 41, representam apenas parte das aldeias indígenas Macuxi e Ingaricó situadas no interflúvio Surumu/Mau (Ireng). O conjunto de todas as aldeias Macuxi e Ingaricó situadas no interflúvio Surumu/Mau (Ireng) é constituído atualmente por 86 aldeias, dentre as quais, pelo menos 5 aldeias que encontram-se fora dos limites transcritos às fls. 3/4 da exordial.

Além das aldeias propriamente ditas, os limites transcritos às fls. 3/4 da exordial, traçados em mapas provisórios elaborados pela FUNAI em 1979/1981, excluem também áreas vitais de caça, de pesca e de coleta ocupadas pelos índios, as quais passaram a ser consideradas corretamente pela FUNAI a partir dos estudos mais detalhados realizados posteriormente (1992/1993) para identificação conclusiva da área Raposa/Serra do Sol.

Os dados mais completos sobre a localização das aldeias na área em questão, bem como das aldeias, de início excluídas, mas posteriormente reconhecidas, consideradas pertencentes aos limites propostos de sua identificação definitiva, e, portanto incluídas dentro dos mesmos limites, estão expostos de forma cartográfica no mapa nº 2-A, apresentado à pág. nº 32, em que figuram relacionados conjuntamente, de modo a permitir a sua consulta completa, possibilitar a sua checagem, e facilitar as suas possíveis interpretações.

2. Essas malocas e/ou aldeias mantêm contatos entre si ?
 Descrevam a forma de interação espacial dessas aldeias e as
 várias comunidades.

Sim, essas aldeias mantêm contatos intensos entre si, através
 dos quais estabelecem ligações estreitas entre as várias
 comunidades, envolvendo atividades de exploração econômica,
 relações de parentesco e celebrações rituais.

Com efeito, tais aldeias são formadas por grupos locais,
 compostos por uma ou várias parentelas interligadas por casamentos,
 e constituem as unidades sociais básicas e as instâncias políticas
 mais abrangentes da sociedade Macuxi e Ingaricó. Entre os Macuxi e
 Ingaricó, de modo semelhante ao que ocorre entre outros povos de
 filiação lingüística Carib na região das Guianas, verifica-se uma
 forte tendência à uxorilocalidade, isto é, a prática de casamento
 associada à residência do marido junto à família da esposa.
 Conforme essa tendência uxorilocal, residência e parentesco são
 instâncias necessariamente associadas e de sua articulação deriva a
 chefia: nesse sentido o grupo local se organiza em torno da figura
 de um líder sogro, de cuja habilidade política na manipulação dos
 laços de parentesco depende sua existência.

Com o declínio do prestígio do líder sogro, ou sua ausência,
 o grupo local tende a tomar outras formas, como por exemplo, um
 arranjo de *siblings*¹, ou desfazer-se, com o retorno dos afins à
 suas aldeias de origem, levando consigo as respectivas mulheres.
 Diversamente da conformação espacial de outros povos, no entanto,
 as aldeias Macuxi e Ingaricó apresentam a particularidade de
 perdurar no tempo, além dos arranjos conjunturais entre as
 parentelas, mantendo-se em função dos deslocamentos contínuos de
 seus membros por várias outras aldeias.

Não é preciso, porém, estender a exposição a maiores detalhes
 sobre o ciclo de vida das aldeias indígenas¹, cabe apenas notar
 inicialmente aqui, que a dinâmica demográfica, concebida enquanto
 circulação de indivíduos e famílias entre as aldeias, é elemento

constitutivo das formas próprias de organização social Macuxi e Ingaricó.

Quanto às atividades de exploração econômica, o deslocamento de indivíduos e parentelas entre as diversas aldeias no território de ocupação tradicional é fator imprescindível para o empreendimento do cultivo da terra, de expedições de caça, pesca e coleta.

Os Macuxi e Ingaricó são povos agricultores, produzem os alimentos básicos que compõem sua dieta nas práticas de agricultura de coivara, cultivam sobretudo mandioca, batata e milho. As áreas de cultivo são trabalhadas por grupos domésticos, compostos em grande parte por famílias nucleares - pai, mãe e filhos -, ou por famílias extensas - envolvendo cunhados, genros e respectivos consanguíneos -, que formam, no contexto guianense, as unidades fundamentais de produção e consumo.

Nestas sociedades em que toda especialização das atividades produtivas essenciais consiste basicamente na divisão sexual dos trabalhos, cabe aos homens, sobretudo, as tarefas de preparação dos solos para o cultivo, em particular a derrubada da mata, a queima de troncos, galhos e folhas secas, a limpeza inicial do terreno - que inclui destocamento e uma primeira capina -, enquanto o plantio é realizado por pessoas de ambos os sexos, indistintamente, e as mulheres incumbem-se, especialmente, da conservação e limpeza periódica das roças, assim como da colheita dos gêneros plantados.

Os grupos domésticos, que correspondem às unidades produtivas fundamentais nestas sociedades, apresentam uma autonomia relativa, dado que, idealmente, um homem e uma mulher podem desempenhar todas as atividades produtivas essenciais, contudo, as tarefas que exigem maior esforço de mão-de-obra, como é o caso da derrubada das matas e da colheita de determinados gêneros - o milho por exemplo -, os índios costumam realizar coletivamente, reunindo em mutirão (ajuri) indivíduos de diversas aldeias.

Além da derrubada das matas e da colheita de certos gêneros, as expedições de caça, de pesca e de coleta de frutos, tubérculos, resinas e fibras silvestres são realizadas, também, coletivamente, de modo semelhante, por grupos de indivíduos que vivem em aldeias

distintas. Embora tais atividades tenham caráter complementar, nem por isso, em relação às atividades agrícolas básicas são menos importantes, ou dispensáveis, para a sobrevivência dos índios.

Devo salientar, inclusive, que a interação entre as várias aldeias não se restringe às relações de parentesco ou às atividades de exploração econômica, mas abrange também a celebração de festas e rituais, mais destacadamente, os bailes Parixara e Aleluia, relacionados ao ciclo anual de atividades, e os ritos xamanísticos de cura, elaborados durante as sessões de pajelança. Através desta interação, realizam-se casamentos, formam-se parentelas, produz-se alimentos, confeccionam-se artefatos de uso doméstico e os necessários à exploração econômica dos recursos naturais, celebram-se festas e rituais coletivos, formam-se alianças e disputas políticas, procedem-se as práticas de cura tradicional, efetuam-se trocas e intercâmbios mútuos, presta-se serviço e ajuda recíprocas, transmite-se o conhecimento guardado e recriado oralmente pelas comunidades, difundem-se valores, formas de religiosidade variadas, bem como relatos e narrativas concernentes a experiências históricas vivenciadas.

Em síntese, a interação espacial entre as aldeias e as várias comunidades é um componente indissociável do ciclo de vida dos indivíduos, do calendário de atividades produtivas, do cerimonial de ritos coletivos, enfim, é um componente que permeia todas as instâncias da organização social Macuxi e Ingaricó. A dinâmica da disposição demográfica destes povos, numa palavra, é a sua própria sociedade, a sociedade estruturada de modo singular, é, enfim, a sua vida social peculiar.

3. Há garimpeiros na área indígena "Raposa Serra do Sol", dentro dos limites descritos na inicial ? Aonde eles desenvolvem seus trabalhos ? Indiquem também os senhores peritos os rios de maior concentração de garimpeiros, bem como a distância entre o local de exploração mineral e as malocas e/ou aldeias mais próximas.

Sim, na área indígena "Raposa Serra do Sol", dentro dos limites descritos na inicial, há garimpeiros atuando em diversos locais.

Os trabalhos desenvolvidos por garimpeiros na área indígena Raposa-Serra do Sol concentram-se às margens do rio Mau (Ireng), que delimita as fronteiras entre Brasil e Guiana, nas proximidades do médio rio Cotingo, afluente do rio Surumu, e no vale do rio Quinô, que por sua vez, é afluente do rio Cotingo.

Embora haja também incursões esporádicas de garimpeiros a outras partes da área indígena, em locais, distintos, a presença constante de grande contingente de garimpeiros se mantém, pelo menos nos últimos quatro anos, nestes lugares indicados, isto é, às margens do médio e alto rio Mau (Ireng), nas proximidades do médio rio Cotingo e no vale do rio Quinô, onde exploram, principalmente, diamantes, além de ouro em pó e em pepitas.

Nestes lugares indicados, sem dúvida, encontram-se os locais afetados com maior impacto das atividades de garimpagem em toda a área indígena Raposa- Serra do Sol. Em outros termos, os habitantes das aldeias indígenas situadas nas proximidades dos locais indicados são os principais atingidos com as atividades de garimpo desenvolvidas nos limites da área indígena Raposa/Serra do Sol.

Os locais onde se concentram as atividades dos garimpeiros e as aldeias indígenas mais próximas, são os seguintes:

locais de garimpo	-	aldeias	-	distância
		a pé		

médio curso do rio Suapi	-	Mato-Grosso	-	5 minutos
	-	Santa Isabel	-	90 minutos
	-	Cumanã I	-	130 minutos
	-	Cumanã II	-	180 minutos
médio curso do rio Quinô	-	Piolho	-	10 minutos
igarapé Serra Verde	-	Bananal	-	5 minutos
baixo curso do rio Quinô	-	MaloquinhaPauré	-	5 minutos
	-	Cajú	-	5 minutos
alto curso do rio Cotingo	-	Pipi	-	160 minutos
	-	Cumaipá	-	160 minutos
	-	Serra do Sol	-	240 minutos
médio curso do rio Cotingo	-	Pedra Preta	-	5 minutos
	-	Água Fria	-	5 minutos
	-	Waromadá	-	5 minutos
	-	Caraparú I	-	30 minutos
	-	Caraparú II	-	60 minutos
	-	Nova Vida	-	60 minutos
médio e alto curso do rio Mau (Ireng)	-	Canã	-	30 minutos
	-	Uiramutã	-	5 minutos
	-	Camararém	-	5 minutos
	-	Lilás	-	20 minutos
	-	Tabatinga	-	10 minutos
	-	Maturuca	-	50 minutos
	-	Central	-	5 minutos
	-	Cotia	-	40 minutos

Os dados acima relacionados são atinentes às principais aldeias mais afetadas pelo garimpo, e nesta qualidade, são apenas informações parciais classificadas segundo a proximidade maior das respectivas aldeias em relação aos locais de garimpagem. Para observar o quadro geral de localização das aldeias, e a posição dos locais de garimpo identificados pelo perito na área, veja-se o mapa nº 2-A apresentado à pág. nº 32.

Com referência a localização e a abrangência dos trabalhos desenvolvidos pelos garimpeiros na região, as imagens estampadas a seguir demonstram as áreas de maior incidência das atividades e instalações de garimpo.

IV. - As fotos expostas às páginas 52-56 revelam o panorama geral do vale do baixo rio Quinô, onde se verifica que as atividades de garimpo tem sido praticadas com maior intensidade que em outros locais, afetando vastas extensões de terrenos e atingindo diretamente diversas aldeias, com a devida abrangência a quase todos os cursos d'água e as serras que formam o vale deste rio. Os efeitos decorrentes do garimpo no vale do rio Quinô, atingiram proporções alarmantes, desencadeando um processo irreversível de destruição do meio-ambiente, sem precedentes em toda a área Raposa/Serra do Sol, que representa um risco eminente para a sobrevivência dos índios habitantes nas aldeias das imediações.

V. - A foto estampada acima na página 57 enquadra a confluência dos rios Cotingo e Quinô, demonstrando nitidamente que os garimpeiros desenvolvem seus trabalhos, de modo mais concentrado, no vale do rio Quinô (em particular, nas baixadas e nas vertentes das serras), causando poluição com maior intensidade das suas águas, as quais, por sua vez, se juntam às águas do rio Cotingo, afetando assim, todo o médio e baixo curso deste rio. Os garimpeiros, de outro lado, também desenvolvem os seus trabalhos nas áreas banhadas pelo rio Cotingo, concentrando-se, porém, de modo particular, no trecho do curso desse rio localizado à jusante da boca do Quinô, onde se dedicam, sobretudo, à prática do garimpo de "balsa", explorando prioritariamente o cascalho depositado no próprio leito do rio, como se vê na foto apresentada abaixo, na mesma página.

VI. - Nas imagens reproduzidas nas páginas 58-60, observa-se algumas vistas panorâmicas do médio e alto curso do rio Mau (Ireng), que delimita a fronteira internacional Brasil/Guiana, onde se constata a extensão das atividades de garimpagem até o extremo leste da área em questão, inclusive a existência de vários pontos de garimpagem em que se promove a destruição das matas ciliares, como, por exemplo ocorre nas proximidades do Uiramutã e Maturuca (registrada nas fotos estampadas na página 58), e também das próprias margens do rio, com a remoção das camadas superficiais do solo (em evidência nas imagens reproduzidas às páginas 59-60), fora de qualquer controle ou regulamentação por parte das autoridades competentes.

4. Houve aumento do número de garimpeiros na área em questão, após a expulsão de milhares deles da área indígena Yanomami, no mesmo Estado, ainda no ano de 1990, em decorrência da chamada operação "Selva Livre", do Governo Federal ?

Sim, houve um aumento significativo do número de garimpeiros na área em questão, desde a expulsão de milhares deles da área indígena Yanomami, a partir de 1990, em decorrência da chamada operação "Selva Livre", do Governo Federal.

Tal informação, aliás, pode ser comprovada pelo perito em entrevistas com garimpeiros, com índios habitantes na região e também junto aos arquivos da Funai, da Fundação Nacional de Saúde e dos órgãos de imprensa na cidade de Boa Vista.

As informações levantadas junto aos garimpeiros dizem respeito à ampliação das atividades de mineração na área Raposa/Serra do Sol, a partir de 1990, com o estabelecimento de linhas de ônibus partindo de Boa Vista, com destino ao Uiramutã e ao Mutum, os dois locais mais importantes de abastecimento e apoio às atividades de garimpeiros no alto e médio Vale do Rio Mau, dentro dos limites da área indígena em questão, em função da iniciativa do Governo Estadual no sentido de atenuar os efeitos (desabastecimento e violências físicas) da presença de um contingente crescente de garimpeiros retirados da área Yanomami para a cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

Junto às comunidades indígenas da região, obtive informações referentes à poluição das águas dos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng), inviabilizando a sua utilização como recurso vital para os índios, fato sem precedentes até o ano de 1990, assim como, informações sobre a propagação de epidemias de malária, leishimaniose e patologias intestinais entre os índios, habitantes das mesmas comunidades, os quais declararam não haver memória sobre tal ocorrência até então.¹

Nos arquivos da Administração Regional de Funai em Boa Vista, foi possível constatar um aumento drástico de ocorrências

registradas sobre casos de violências cometidas por garimpeiros contra os habitantes indígenas da região a partir de 1990, os quais somam, pelo menos, duas dezenas nos últimos quatro anos.

Também constam nos arquivos dos órgãos de imprensa na cidade de Boa Vista, denúncias veiculadas pelas lideranças indígenas e pelo administrador regional da Funai, o sr. Glênio da Costa Álvares, informando sobre a invasão de um grande contingente de garimpeiros - retirado da área Yanomami -, na área indígena Raposa/Serra do Sol, no período de 1990-1991.¹

Complementando estes dados, cumpre-me ainda recorrer ao testemunho pessoal de perito, que tendo realizado pesquisas etnográficas entre os Macuxi e os Ingaricó nos anos de 1990 e 1991, pude observar diretamente a deterioração das águas dos rios Cotingo, Quinô e Mau (Ireng), o esgotamento dos peixes e as moléstias de que padeciam grande parte dos habitantes das aldeias situadas junto aos rios acima mencionados.

Resumindo em poucas palavras, todas as fontes consultadas durante o trabalho de peritagem convergem corroborando o aumento expressivo do número de garimpeiros na área Raposa/Serra do Sol a partir de 1990.

5. Por informações históricas, em decorrência de levantamento a ser feito entre os próprios índios, e após a vistoria na área, podem os senhores experts precisar de quanto data a invasão de garimpeiros na área objeto desta ação ?

Perfeitamente, a invasão de garimpeiros na área em questão começa a ocorrer, de modo disperso e esporádico, a partir da década de 1920.

Tanto os registros históricos¹, quanto as informações colhidas diretamente entre os índios durante a vistoria do perito na área, atestam que o pioneiro das atividades de garimpo na região foi o sr. Severino Mineiro, que trabalhou, com o apoio dos índios, na exploração de diamantes no leito do rio Cotingo e nos igarapés afluentes do mesmo rio, desde os anos 20 do presente século.

Os índios mais idosos que vivem nas aldeias da região afirmam que desconheciam os minérios - diamante e ouro - até então, quando Severino Mineiro começou a arregimentar braços indígenas para a sua exploração na década de 1930. As crônicas escritas pelo monge beneditino D. Alcuino Meyer naqueles anos, tampouco deixam dúvidas sobre o início da garimpeagem na região, empreendida primeiramente por Severino Mineiro em 1930.

Os testemunhos dos colonizadores brancos, pioneiros na região, corroboram o mesmo fato: anteriormente às atividades de Severino Mineiro nas décadas de 1920/30, não havia qualquer prática de exploração mineral naquelas redondezas.

Portanto, pode-se afirmar com absoluta certeza, que a área de ocupação tradicional indígena começa a ser invadida por garimpeiros a partir de 1920.

Devo mencionar ainda que a presença de garimpeiros na área em foco não ocorreu de modo homogêneo, ou constante, desde o início, mas, ao contrário, ocorreu de modo bastante variável, com a agregação de novos contingentes esporádicos e incursões aleatórias, entremeados por períodos de refluxo.

Uma grande invasão da área . de proporções inauditas. e a instalação de um contingente massivo de garimpeiros ocorreu só mais recentemente, desde 1990, gerando, nestes últimos quatro anos, uma situação qualitativamente distinta.

6. Como a atividade garimpeira na área tem afetado a vida, a saúde, os costumes e tradições do povo Macuxi ?

A atividade garimpeira tem afetado a vida, a saúde, os costumes e as tradições do povo Macuxi de diversas maneiras, interferindo em sua vida social como um todo.

A vida do povo Macuxi, em sentido mais amplo, tem sido afetada mais diretamente pela imposição de relações sociais inusitadas até recentemente, que consistem na prestação de trabalhos exaustivos em troca de gêneros manufaturados. As conseqüências imediatas destas relações impostas aos índios são a menor dedicação à agricultura, à caça, à pesca e à coleta e a maior dependência de artigos e gêneros alimentícios industrializados. Outra conseqüência correlata, e não menos importante para os índios que vivem nas proximidades dos locais de maior concentração de garimpeiros é a prostituição de mulheres Macuxi, notadamente nas aldeias Maloquinha e Caju no rio Quinô; Água Fria no rio Cotingo e Uiramutã no vale do alto rio Mau (Ireng).

Tanto as relações de prestação de mão-de-obra aos garimpeiros, quanto a prostituição, têm motivado a desagregação das famílias, parentelas e comunidades indígenas, especialmente nas aldeias mais próximas às áreas de garimpo, fomentando desigualdades, diferenças, hierarquias, posições de concentração de poder (através do acesso às fontes de bens industrializados, representadas pelos garimpeiros), até então não reconhecidas pelos índios e frontalmente incompatíveis, quando não antagônicas com os seus costumes e tradições, motivando, portanto, a eclosão de conflitos e disputas, antes inexistentes, entre os Macuxi.

Desde a perspectiva da saúde da população indígena, apenas para mencionar os aspectos mais evidentes, a poluição das águas dos rios e a contaminação dos peixes por mercúrio e óleo diesel (que se verifica de modo visivelmente mais saliente nos rios Quinô, Cotingo e Mau - Ireng), bem como a propagação devastadora de epidemias de malária e leishmaniose, entre outros, são igualmente

de grande relevância, seja provocando a ingestão de quantidades consideráveis de tais elementos deletérios pelas pessoas residentes nas proximidades dos locais de exploração mineral, seja causando a prostração, invalidez e até a morte de indivíduos, muitas vezes, encarregados de prover o sustento das respectivas famílias, as quais se vêem, repentinamente, desamparadas diante de tais conseqüências irreparáveis.

A poluição das águas, vale frisar, é visivelmente patente nos rios Quinô, Cotingo Mau (Ireng), e em alguns de seus pequenos afluentes, onde, inclusive, já foram realizados exames laboratoriais de amostras dessas águas, dos solos e dos peixes nesses rios, comprovando a contaminação de mercúrio e óleo.¹ Os efeitos de tais elementos no corpo humano são evidentes, ou, no mínimo, conhecidos o suficiente para dispensar a sua discussão aqui, o mesmo servindo para o contágio da malária e da leishmaniose, cujas proporções, no entanto, só podem ser aferidas muito parcialmente no presente momento.

Os dados disponíveis sobre a situação de saúde na área são bastante raros e fragmentários para permitir qualquer avaliação mais geral, razoavelmente aproximada, contudo ainda podem ter alguma utilidade para se formar uma vaga noção das proporções atingidas pelas epidemias de malária e leishmaniose, bastando para tanto, remeter-se ao quadro dos números colhidos junto aos arquivos da FNS, já apresentado às págs. 28-29, em resposta ao quesito 6 proposto pela União Federal.

Se me é permitido ressaltar aqui algumas das informações já prestadas, gostaria apenas de chamar a atenção para o perfil traçado a partir dos dados oficiais, embora, sabidamente, um tanto precários:

Em 1989 foram diagnosticados 77 casos de malária na área, em 1990, 472; em 1991, 667; em 1992, 2.215; e apenas nos seis primeiros meses de 1993, 1.071; o que demonstra uma progressão geométrica do contágio. Quanto a leishmaniose, em 1988 foram diagnosticados 9 casos, em 1989, 16; em 1990, 12; em 1991, 36; e em 1992, 44; o que demonstra também uma progressão geométrica semelhante à dos casos de malária.

Para interpretar a significação de tais números corretamente, deve-se ter presente que os mesmos não resultam de qualquer procedimento exaustivo ou abrangente por parte dos serviços de saúde. Antes pelo contrário, na área indígena Raposa/Serra do Sol, várias entidades atuam no atendimento à saúde: a FNS, a Secretaria Estadual de Saúde, os departamentos municipais de saúde, a Igreja Católica através da Diocese de Roraima, a MEVA, MSF, todas elas, porém, distribuem medicamentos às respectivas clientela, segundo seus métodos próprios, suas ligações de fidelidade, sem qualquer coordenação, ou qualquer sintonia entre si; e, como decorrência de tal situação, o que se observa nas aldeias é a aplicação de medicamentos fora de qualquer prescrição, a circulação aleatória de remédios, independentemente de exames ou diagnósticos, mas, antes, de acordo com as relações de afinidade e parentesco, a partir daqueles que têm acesso às instituições fornecedoras.

Diante deste quadro, pode-se concluir, claramente, que os números relacionados acima não refletem os casos de contágio das epidemias, completamente fora de controle, considerados em conjunto (dada a impossibilidade de apurar diagnósticos para a maior parte da população), mas apenas uma pequena fração dos casos de indivíduos que têm acesso às entidades prestadoras de serviços de saúde, e, o que é mais grave, tais casos em que foram ministrados medicamentos não refletem efetivamente a eficácia das ações de combate às doenças e até, muitas vezes favorecem a sua própria propagação, criando resistências aos remédios, ministrados à revelia das prescrições adequadas.

Resta ainda mencionar outro dado, não menos evidente, que é a destruição das matas ciliares e dos terrenos baixios, próximos aos cursos d'água, onde os garimpeiros procuram remover o cascalho depositado naturalmente e as camadas superficiais do solo arenoso, mais abundantes em ouro e diamantes, comprometendo assim as áreas agriculturáveis de maior fertilidade, restringindo seriamente portanto, as possibilidades de os índios produzirem seu sustento, segundo as próprias tradições, resguardando minimamente sua autonomia.

Cumpra-me registrar, enfim, que a exposição e análise dos efeitos da presença de garimpeiros na vida dos índios poderia estender-se mais longamente, comportando mesmo um estudo específico sobre o tema. Creio, porém, que as informações fornecidas aqui, colhidas por observação direta em pesquisa de campo, são suficientes para elucidar a indagação proposta.

Dada a amplitude do tema, para maiores esclarecimentos apresento informações mais detalhadas em anexos (vide índice), veiculadas por órgãos de imprensa na cidade de Boa Vista, como também as procedentes dos próprios habitantes indígenas da região, transcritas em documentos arquivados na sede da administração regional da Funai, órgão indigenista oficial, e no Conselho Indígena de Roraima, entidade representativa das lideranças indígenas locais.

Complementando, por fim, a abordagem da temática tratada no presente quesito, a seqüência de fotos apresentada adiante, nas páginas 71 a 78, ilustra com clareza algumas das múltiplas implicações decorrentes das atividades garimpeiras que afetam a vida dos índios habitantes na área.

VII. - A seqüência de fotos exposta nas páginas 71, 72 e 73 registra o engajamento das famílias indígenas no garimpo, ou, mais exatamente, a tentativa dos índios de vasculhar os destroços do material já explorado pelos garimpeiros, em busca de algum resto de ouro ou diamante, eventualmente remanescente, para garantir o sustento familiar, em detrimento das práticas de agricultura, caça, pesca, enfim, das atividades tradicionais auto-sustentáveis, comprometidas com a presença de garimpeiros nos vales dos rios Quinô e Cotingo.

VIII. - As imagens reproduzidas nas páginas 74 e 75 mostram, respectivamente, a índia Natália da aldeia Macuxi do Caju e seu filho recém-nascido, vitimados pela malária, compondo um panorama de genocídio com que se defrontam atualmente os índios no vale do baixo rio Quinô, forçados ao convívio diário com um contingente maciço de garimpeiros; e, na cena seguinte, o garimpeiro morto em disputa com os colegas no "Baixão", sepultado clandestinamente, ou no anonimato, ou, ainda, muito provavelmente, figurando nas falsas estatísticas sobre moléstias com que se procura escamotear a violência imperante no local, e fugir assim às responsabilidades perante os representantes do Estado.

IX. - As fotos estampadas nas páginas 76, 77 e 78, retratando cenas cotidianas vivenciadas pelos índios nas áreas dos rios Quinô e Mau, exibem as situações decorrentes, com maior evidência, da atuação dos garimpeiros na região.

7. Quais as comunidades indígenas mais afetadas pela poluição dos rios em decorrência das atividades garriapeiras?

As comunidades indígenas mais afetadas pela poluição dos rios são aquelas localizadas nos vales dos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng): Suapi, Mato Grosso, Maloquinha, Bananal, Piolho e Caju, no rio Quinô; Pedra Preta, Caraparú I, Caraparú II, Mudubim, Waromadá, Socó, água Fria, Canta-Galo, Contão, Limão, no rio Cotingo; Canã, Uiramutã, Tabatinga, Maturuca, Lilás, Camararém, Central e Cotia, no rio Mau (Ireng).

Também são afetadas pela poluição dos rios, mas, parece-me, em menor grau, as comunidades mais próximas ao rio Tacutu, ao sul, o qual recebe as águas poluídas dos rios citados acima. São elas: Guariba, Cedro, Fatativa, Raposa I, Raposa II e Araçá, comunidades estas que exploram mais exaustivamente os recursos de pesca no rio Tacutu, e encontram-se atingidas atualmente pelo escasseamento dos peixes.

As atividades de garimpagem têm causado a poluição dos rios com intensidade e graus diversos, particularmente durante os últimos quatro anos, afetando as comunidades indígenas de modo diferenciado. Distinguimos aqui apenas as aldeias mais atingidas, adotando como critério para a sua classificação, primeiramente, as comunidades que utilizam os rios poluídos, como fonte de água potável e de água para uso doméstico, e, secundariamente, aquelas os utilizam somente como fonte de pescados (vide mapa nº 2-A à pág. nº 32).

8. Descrevam os senhores experts o modus operandi dos garimpeiros, bem como o número de balsas, barracas, máquinas e equipamentos pelos mesmos utilizados, precisando também o local e os nomes dos rios e igarapés mais atingidos.

Os garimpeiros instalados na área Raposa/Serra do Sol empregam métodos de exploração mineral basicamente semelhantes, havendo apenas ligeiras variações entre os diversos locais em que concentram sua atuação.

Devo esclarecer inicialmente que a atuação dos garimpeiros na área em questão visa sobretudo a exploração de diamantes, dado que consiste a atividade mais rentosa, e de modo secundário, mas também significativo, a exploração de ouro. Enquanto o ouro é encontrado comumente nas camadas de terreno arenoso, mais superficiais, os diamantes são procurados junto às camadas de cascalho, geralmente depositadas em maior profundidade, e portanto requerendo escavações exaustivas de grande extensão.

Os modos de operação e os procedimentos utilizados pelos garimpeiros para a extração de minérios na área enfocada seguem os mesmos padrões gerais - remoção das camadas superficiais do solo com o auxílio de maquinários -, porém variam ligeiramente entre três modalidades técnicas diferenciadas, conforme as condições de acesso às jazidas nos distintos locais: garimpagem nos leitos dos rios e igarapés, garimpagem nos terrenos baixios margeando os cursos d'água, e a garimpagem em terras secas, nas encostas das serras.

A extração mineral nos leitos dos rios e igarapés, conhecida regionalmente como "garimpo de balsa", consiste basicamente na remoção das camadas de areia e de cascalho depositadas nas margens e sob os leitos dos cursos d'água. O garimpo nestes locais é realizado com a utilização de uma balsa flutuante situada num determinado ponto do curso dos rios e igarapés, onde se instala um motor que aciona uma bomba de sucção, a qual é ligada a uma mangueira, que por sua vez é levada ao fundo ou às margens

submersas dos cursos d'água por um mergulhador, o qual, por sua vez posiciona uma das extremidades dessa mesma mangueira junto à areia ou ao cascalho de modo a sugá-los para a draga na superfície da água. Depois de removidos até a draga na superfície, a areia e o cascalho são jogados num conduto de madeira ou de metal, chamado "caixa resumidora", de maneira a atravessá-lo percorrendo as saliências e desníveis colocados ao fundo no seu interior, deixando retidos entre esses pequenos vãos os materiais mais pesados, que por força da gravidade permanecem depositados nas reentrâncias mais baixas. O processo termina por separar os elementos mais pesados, em grande parte os metais como o ouro, e as pedras ou, no caso, os diamantes, que ficam retidos no fundo da "caixa resumidora", dentre os demais componentes da areia e do cascalho sugados do leito e das margens, os quais são finalmente atirados de volta às águas.

Dessa maneira, apenas uma ínfima parte do material removido do solo é efetivamente aproveitado - no caso do ouro, a seleção do minério é feita na batéia, separando-se o metal apurado dos outros elementos constantes do solo, através de um banho de mercúrio; no caso do diamante, a seleção das pedras é feita através de peneira (suruca) -, o que vem acentuar o caráter predatório de tal método de exploração atualmente em uso na área.

O garimpo nos terrenos baixios que margeiam os cursos d'água, chamado localmente, "garimpo de baixa", também é praticado utilizando-se um motor que aciona uma bomba de sucção, mas instalados em terreno firme, geralmente sobre um barranco, e ligando-se igualmente uma mangueira à bomba de sucção, e sua extremidade oposta sendo conduzida até a margem do rio ou igarapé por um operador, de modo a escavar, sugar as suas bordas e jogar a areia e o cascalho depositados em camadas laterais na mesma "caixa resumidora", terminando por atirar o material removido, e não aproveitado, pelas imediações, ou de volta às águas.

No caso do garimpo em terrenos secos, chamado "garimpo de encosta", também utiliza-se um motor acionando uma bomba de sucção acoplada a uma mangueira, porém esta mangueira é empregada para retirar água do rio ou igarapé e trazê-la até o local a ser explorado, escavando-se o terreno com um jato d'água. A areia e o

cascalho assim removidos são tragados através de uma mangueira e jogados, seja da mesma forma, por mangueira, seja manualmente, carregados em pás, na chamada "caixa resumidora" que separa os elementos mais pesados do restante que é amontoado nas redondezas. No "garimpo de encosta" também se emprega, em larga escala, um outro equipamento, a "máquina resumidora", que consiste em um recipiente metálico, contendo várias peneiras atravessadas no seu interior ôco, e acionada por trepidação, ou, de outro modo variante, por força centrípeta, girando um continente fechado, preso ao fundo do recipiente metálico; equipamento este que serve igualmente para selecionar o minério e as pedras de maior peso (depositados abaixo das peneiras, ou do continente fechado) dentre o material restante, e removido do solo na etapa anterior do trabalho, e que, ao fim da operação, é, em grande parte, senão no todo, dispensado simplesmente.

Quanto aos efeitos decorrentes das atividades de garimpagem, essas três modalidades de extração mineral geram conseqüências equivalentes e irreversíveis, aproveitando apenas uma parte ínfima do material removido do solo; no caso das dragas, altera-se o curso dos rios e igarapés, assoreando-os, destroem-se as margens e a vegetação ribeirinha; no caso das áreas baixias, destroem-se os terrenos mais férteis para a agricultura, bem como a vegetação ciliar; no caso das encostas, deixam-se crateras e amontoados de detritos que comprometem quaisquer formas de ocupação posterior da área. Todas essas modalidades de garimpo implicam igualmente no consumo e no descarte de combustíveis e lubrificantes necessários para o funcionamento de motores e bombas de sucção; o material apurado nas "caixas e máquinas resumidoras" é finalmente processado em banho de mercúrio para isolar o ouro em pó, em pepita, as pedras (exceto diamantes) depositadas no fundo das "resumidoras", das impurezas ou outros materiais que eventualmente podem diminuir os valores a eles atribuídos na comercialização.

Os trabalhos de garimpo são realizados por grupos de garimpeiros que operam conjuntamente cada unidade de maquinário posicionada em local distinto, ou mesmo várias unidades aglomeradas junto a uma jazida excepcionalmente promissora. No caso do garimpo

praticado no leito dos rios e igarapés. cada balsa em operação configura um grupo de trabalho relativamente independente, composto por 5, 6, ou 7, ou ainda, até 8 indivíduos, dispostos nas seguintes funções: 1 gerente ou administrador, que confere os resultados apurados na "caixa/máquina resumidora", e se responsabiliza pelos pagamentos a serem efetuados aos trabalhadores e pelas rendas aferidas destinadas ao proprietário do maquinário - o "dono" do garimpo - que tanto pode ser ele próprio, como qualquer outro indivíduo que lhe deposita certa confiança: 1 operador de máquinas, encarregado de manter o funcionamento do motor e da bomba de sucção; de 2 a 5 mergulhadores que se revezam procurando rastrear com a mangueira as camadas de areia e cascalho mais ricas em ouro e diamantes; completando o grupo, 1 cozinheira, incumbida de preparar os alimentos para os garimpeiros.

No caso do garimpo em terrenos baixios bordejando os rios ou em terrenos secos nas encostas das serras, cada unidade completa de maquinário em operação supõe um grupo de 4 a 6, ou mesmo 7 indivíduos: 1 gerente ou administrador, que confere os resultados apurados na "caixa/máquina resumidora", responsável pelos pagamentos e pela prestação de contas das rendas aferidas; 1 operador de máquinas, encarregado de manter o funcionamento do motor e da bomba de sucção; 1 "gibanca", encarregado do corte do terreno a ser explorado; 1 ou 2 "maraqueiros", incumbidos de "pilotar" a ponta da(s) mangueira(s), direcionando-a(s) aos terrenos mais promissores em minérios: revezando-se com esses últimos, usualmente acompanha-os mais 1 ou 2 indivíduos, trabalhando como "cargueiros", ou seja, carregadores de areia e cascalho que - uma vez escolhidos dentre os terrenos para servirem de objeto de processamento e na sequência removidos do solo -, encarregam-se do seu transporte¹ até a máquina "resumidora", mantendo-a abastecida de matéria-prima de maneira contínua; 1 cozinheira, como no caso precedente, incumbida do preparo dos alimentos para todo o grupo.

Estas três modalidades de garimpo são praticadas em diversos locais, no entanto pode-se distinguir uma predominância do "garimpo de balsa" na região dos rios Mau (Ireng) e Cotingo, enquanto o

"garimpo de baixa" e o "garimpo de encosta" são mais frequentes junto à área do rio Quinô e seus afluentes. Antes, porém, de detalhar com maior precisão os locais específicos de sua distribuição e o número de maquinários operantes na área, cabe acrescentar ao que foi exposto acima, certos dados mais gerais que permitem complementar o panorama global do modo de atuação dos garimpeiros presentes na região examinada:

As relações entre os garimpeiros que operam cada unidade de maquinário, formando os grupos de trabalho inter-dependentes, são, via de regra, bastante efêmeras e circunstanciais, variando ao sabor das oportunidades e conveniências recíprocas. O ciclo das atividades de operação dos maquinários é semanal, isto é, a cada semana faz-se uma repartição do produto apurado entre os garimpeiros que trabalham conjuntamente operando a unidade de maquinário, liberando assim os indivíduos dos eventuais compromissos assumidos com a quitação das respectivas contas a cada sete dias trabalhados.

As normas vigentes que regem as relações de trabalho no garimpo e regulamentam a divisão interna das atividades, estabelecem que os acertos de contas entre os garimpeiros se realizem com base na seguinte repartição do produto do trabalho conjunto: toda a produção de ouro e diamante resultante das atividades semanais de cada grupo de trabalhadores, apurada na "caixa/máquina resumidora" do maquinário, é dividida na proporção de 70% para o proprietário do maquinário, ou "dono" do garimpo, e 30% para os garimpeiros propriamente ditos, ou seja, para os envolvidos diretamente com as tarefas de extração de minérios.

A pessoa (invariavelmente mulher)¹ que trabalha como cozinheira ganha uma quantia previamente estipulada, ou fixa, independente do rendimento do garimpo, estabelecida de modo regular em toda a região, equivalente a 10 gramas de ouro por mês de trabalho, cuja responsabilidade é exclusiva do patrão que a contrata, no caso, do proprietário do maquinário.

Dependendo do tamanho do empreendimento, a função de "gerente" ou "administrador" é exercida pelo próprio proprietário do maquinário, ou então, no caso dos proprietários de muitas

máquinas, é desempenhada por um funcionário (preposto) de sua confiança, recebendo como pagamento 5% da produção em minério (deduzidos do percentual total da produção destinado ao proprietário). No caso dos empreendimentos maiores, inclusive, os proprietários dos maquinários, chamados localmente "donos do garimpo", chegam a pagar um "pistoleiro" ou "jagunço", que é incumbido de garantir a permanência de determinado maquinário explorando os locais conhecidos dos veios mais ricos em minérios.¹

Ào proprietário de maquinário compete fornecer todo o conjunto de máquinas completo, além dos demais instrumentos acessórios e ferramentas necessárias à operação de garimpagem, que consistem usualmente em 2 motores (de capacidade variável entre 1 e 4 cilindros), 1 "caixa/máquina resumidora" de madeira maciça ou metal, mangueiras de pvc rígidas e flexíveis (tipo canaflex e espiraflex) de 100 a 150 metros de extensão, em média, acoplamentos diversos (conexões e emendas para mangueiras de 3 a 4 polegadas), um par de peneiras (surucas) para selecionar o cascalho acumulado na "caixa/máquina resumidora", e 1 par de batéias para retirar o ouro da areia selecionada no mesmo local. Cabe também ao proprietário fornecer todas as peças de reposição, o mercúrio ou azougue empregado para isolar (purificar) o ouro, o combustível e os lubrificantes utilizados nos motores e ainda os gêneros alimentícios necessários ao sustento dos trabalhadores - arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de trigo, macarrão, massa de milho, fubá, carne de sol, conservas -, além de outros itens variáveis, como por exemplo a balsa-flutuante, conforme as exigências de cada tipo de garimpagem.

Aos garimpeiros cabem as despesas com vestuário, remédios, artigos de uso pessoal, rede, mosquiteiro, tabaco, pilhas, bebidas, diversão (prostituição, jogos) e muitas vezes, com o transporte de retorno.

Os custos de manutenção para a operação de cada conjunto de maquinário, estimados durante a segunda quinzena do mês de novembro de 1993, giravam em torno dos valores aproximados:

peças de reposição para maquinário

(piston, mola de segmento, camisa)	-	CR\$ 100.000,00
1 metro de mangueira de pvc	-	CR\$ 500,00
1 caixa resumidora de madeira	-	CR\$ 400.000,00
1 peneira (suruca)	-	CR\$ 5.000,00
1 batéia	-	CR\$ 3.000,00
1 quilo de azougue (dispêndio semanal)	-	CR\$ 5.000,00
5 litros de óleo lubrificante (consumo em média por motor)	-	CR\$ 5.000,00
100 litros de óleo diesel (consumo calculado para um motor de 1 cilindro, funcionando de 6 a 14 horas diárias, durante 1 semana de 6 dias consecutivos)	-	CR\$ 15.000,00
gêneros alimentícios (consumo calculado de 4/5 pessoas para 1 semana de 7 dias)	-	CR\$ 35.000,00

Os garimpeiros entrevistados pelo perito nas zonas de garimpo junto aos rios Quinô e Cotingo, durante o mês de novembro de 1993, avaliavam que cada unidade ou conjunto de maquinário deveria apurar, no mínimo para fazer frente às despesas de custeio e manutenção dos trabalhadores, o montante de minério equivalente a CR\$ 200.000,00 ou CR\$ 300.000,00 semanais. Uma quantia inferior a essas, me afirmaram, representaria prejuízo certo. Em contrapartida, um empresário de garimpo (proprietário de maquinário) que mantém 3 conjuntos de máquinas operando no rio Quinô, próximo a aldeia Caju - local conhecido como "Baixão" -, durante o período em que explorava as camadas de cascalho com razoável quantidade de diamantes, chegou a apurar de CR\$ 2.000.000,00 a CR\$ 5.000.000,00 semanais (tomando-se como referência a segunda quinzena de novembro de 1993).

Deve-se ter presente que os preços aqui relacionados foram levantados nos próprios garimpos e nos acampamentos mais próximos que servem de bases de abastecimento para os garimpos, o que significa que correspondem a valores superiores aos encontrados no comércio da cidade de Boa Vista, onde eventualmente os proprietários de máquinas ou garimpeiros adquirem os mesmos itens

mediante custos significativamente mais reduzidos. muitas vezes chegando a corresponder metade dos preços dos mesmos artigos transacionados no garimpo.

Quanto aos preços dos minérios e diamantes explorados por garimpeiros, ocorrem curiosas variações, ou critérios discrepantes na comercialização, como por exemplo o fato, de praxe consensual, de que o ouro tem valor estimado em cruzeiros reais, enquanto os diamantes são cotados, exclusivamente, em dólares norte-americanos. Tal discrepância de critérios de avaliação desses dois elementos, reflete os circuitos de comercialização claramente diferenciados em cada caso, o ouro circula internamente nos locais de garimpo, nos acampamentos e pontos de comércio adjacentes que os abastecem, a troca de serviços e mercadorias, enquanto os diamantes são vendidos diretamente pelos garimpeiros e proprietários de máquinas aos intermediários e representantes de firmas comerciais que percorrem periodicamente a região, comprando e recolhendo toda a produção em espécie para revenda ao alcance de cotas mais atualizadas nos grandes centros.

Desde a perspectiva dos garimpeiros, os preços dos gêneros de consumo mais comuns, nos mesmos locais de garimpo e acampamentos adjacentes, eram os seguintes, no período de meados de novembro de 1999:

1 refeição (prato de comida/P.F.)	-	CR\$ 500,00
1 litro de cachaça	-	CR\$ 800,00
1 cerveja	-	CR\$1.000,00
relação sexual nos prostíbulos	-	CR\$7.500,00
		ou 5 gr.de ouro

Encontra-se na área, inclusive, um contingente minoritário, porém bastante oscilante, de garimpeiros que atuam, engajando-se eventualmente nos esquemas de maquinários empresariados, e conforme as oportunidades, trabalhando manualmente no garimpo (equipados apenas com batéias e peneiras) por conta e risco próprios, aumentando numericamente em momentos de crise e/ou baixo rendimento das atividades de garimpagem. Tais garimpeiros que trabalham

manualmente, em geral atuam nos mesmos locais onde se instalam os maquinários, aproveitando o material (areia e cascalho) removido pelos motores e, em grande parte, não aproveitado/explorado (os maquinários de garimpo separam o minério - ouro e diamante - de apenas um ínfima parte dos solos revolvidos). Estes trabalhadores "flutuantes", operam, muitas vezes, em grupos de dois ou três indivíduos posicionados junto ao "rabo" dos maquinários, efetuando uma triagem do material expelido pelas mangueiras de descarga acopladas nas saídas dos compartimentos "resumidores". Os indivíduos que praticam o garimpo manual formam um conjunto altamente volúvel, que funciona como "reserva" de mão-de-obra disponível nos momentos mais dinâmicos para as operações empresariais de garimpagem. É muito comum, também, que tais trabalhadores, desprovidos de capital, tornem-se endividados e dependentes diante dos empresários/proprietários de maquinários, os quais tiram proveito destas situações submetendo tais trabalhadores "franco atiradores" a condições mais adversas de subsistência e de exploração extremada.

Quanto as cotações de ouro e diamantes comercializados, nos mesmos locais de garimpo e corrutelas das cercanias, os valores levantados, no mesmo período, correspondem a:

1 grama de ouro em pó (com azougue)	-	CR\$ 2.000,00
1 grama de ouro granulado (em pepita)	-	CR\$ 2.500,00

1 quilate de diamante "Areia" (até 5 pontos)	-	US\$ 10,00
1 quilate de diamante "Indústria" (de 5 a 10 pontos)	-	US\$ 30,00
1 quilate de diamante "Fazendinha" (de 10 a 25 pontos)	-	US\$ 130,00
1 quilate de diamante "Regulação" (4 pedras formando 1 quilate)	-	US\$ 180,00
(3 pedras formando 1 quilate)	-	US\$ 200,00
(2 pedras formando 1 quilate)	-	US\$ 250,00
1 quilate formado por 1 única pedra	-	US\$ 300,00
1 única pedra com + de 1 quilate	-	US\$ 400,00

p/ quilate

* A cotação do câmbio do dólar norte-americano para cruzeiros reais, no início de novembro de 1993, nos locais de garimpo, correspondia a US\$ 1,00 por CR\$ 180,00.

A classificação de diamantes é bastante complexa, podendo o seu preço oscilar, tanto em função do quilate de cada pedra, como também em função de sua coloração, grau de pureza, peso e formato. De acordo com a coloração e formato da pedra, ela pode ser classificada na seguinte escala de valores ascendente: translúcido - "côr de água", amarelo - "conhaque", esverdeado - "côr-de-cana", branco-leitoso - "sal", brilhante - "aço de espelho", multifacetado - "raridade".

A correspondência entre os valores do ouro e do diamante é a seguinte:

20 mg. de ouro	=	20 pontos de ouro
	=	10 pontos de diamante
50 mg. de ouro	=	50 pontos de ouro
	=	25 pontos de diamante
100 mg. de ouro	=	100 pontos de ouro
	=	50 pontos de diamante
	=	1/2 quilate de ouro
	=	1/2 quilate de diamante
	=	1 décimo de ouro
200 mg. de ouro	=	200 pontos de ouro
	=	100 pontos de diamante
	=	1 quilate de ouro
	=	1 quilate de diamante
	=	2 décimos de ouro
500 mg. de ouro	=	500 pontos de ouro
	=	250 pontos de diamante
	=	2,5 quilates de ouro
	=	2,5 quilates de diamante
	=	5 décimos de ouro
1.000 mg. de ouro	=	1.000 pontos de ouro
	=	500 pontos de diamante
	=	5 quilates de ouro
	=	5 quilates de diamante
	=	10 décimos de ouro

Com respeito à quantidade de máquinas e equipamentos utilizados pelos garimpeiros e sua respectiva localização, foram realizadas visitas para averiguação e levantamento de dados em locais de garimpo situados nos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng), além de um sobrevôo por toda a área em questão, possibilitando a coleta das seguintes informações ¹ :

Na região das cabeceiras do rio Quinô, nas proximidades do marco de fronteira entre Brasil e Venezuela BV 6, encontram-se instalados cerca de 20 maquinários de garimpo (com os implementos para garimpagem de "balsa" e de "baixa"), em sua maior parte concentrados às margens do rio Suapi (afluente do alto rio Quinô), junto à aldeia Macuxi também denominada Suapi, cuja operação é estritamente controlada desde a Fazenda de mesmo nome, Suapi. No curso do rio Quinô, mais abaixo, entre a foz do igarapé Serra Verde e a desembocadura do igarapé Azul, encontram-se instalados mais 24 maquinários de garimpo (com implementos para garimpagem de "balsa", de "baixa" e de "encosta"), sendo 2 deles (situados entre os igarapés Serra-Verde e da Viúva) de propriedade do sr. Vitor, 5 outros (instalados acima do igarapé da Viúva e abaixo do igarapé Gavião) de propriedade dos srs. Vitor e Osman, e mais outros 5 (junto à foz do igarapé Serra Verde) pertencentes ao sr. Manoel Crente, e ainda mais 4 (situados acima da aldeia Maloquinha) de propriedade do sr. Cideval. Os 8 maquinários restantes encontram-se no curso do rio Quinô, acerca, ou à jusante da desembocadura do igarapé Azul, formando neste local, juntamente com outros 13 maquinários atuantes nas áreas adjacentes do baixo Quinô, e, em especial, na localidade conhecida como "Baixão" (contigua à aldeia Macuxi Caju), a maior concentração de garimpeiros e maquinários de garimpo em toda a área indígena examinada. Somam, portanto, junto às margens do baixo curso do rio Quinô, pelo menos, 21 maquinários de garimpo, sendo apontados, pelos índios e garimpeiros das adjacências, os srs. adiante listados, como seus proprietários: Delmar, Alfredo, Souza, Messias, Geremias, Naldo, Brasil Ciriaco, Rui, Oto, Gaiva, Guiana, Juscelino, Bernaldo, Português e Manoel.¹

Os garimpeiros e maquinários de garimpo, também encontram-se instalados, de modo significativo, junto ao médio curso do rio Cotingo, mais precisamente, no trecho a jusante da foz do Quinô e a montante da confluência com o rio Surumu. Neste trecho específico, encontram-se atuantes, no mínimo, 25 maquinários de garimpo (com os devidos acessórios e acoplamentos para a garimpagem de "balsa"), sendo-me apontado pelos residentes nas imediações, o sr. Chagas, como proprietário do maior número de balsas.

Uma outra área bastante visada pelos garimpeiros é o vale do rio Mau (Ireng), que delimita a fronteira entre Brasil e Guiana. No alto curso do rio Mau (Ireng), os garimpeiros instalaram maquinários para a exploração de ouro e diamantes logo acima da foz do rio Canã, na localidade conhecida como Orinduque; nas proximidades da Cachoeira das Caveiras, a montante, próximo à aldeia Macuxi Uiramutã; nas imediações da desembocadura do igarapé Catuqui, pelo menos 3 maquinários, pertencentes ao sr. José Raimundo; nas proximidades dos igarapés Arara e Maravilha, mais 7 maquinários; nas vertentes das serras circunvizinhas (garimpo de "planada"), outros 3, pertencentes ao sr. Luís; na Cachoeira do Sapó, mais 1 maquinário, de propriedade do sr. Gaúcho; na boca do igarapé Poá, mais outro maquinário, do sr. Expedito; junto à foz do igarapé Riquiri, ao menos 1 outro maquinário, pertencente aos srs. Jamil e Tarciso Rebouças; nas imediações do igarapé Cascavel, o ponto mais crítico no vale do rio Mau, encontram-se em atuação, algo em torno de 20 maquinários (operando sobre balsas); na boca do igarapé Cajueiro, já no médio Mau, mais 2 balsas; e, finalmente, nos arredores das bocas dos igarapés Cotia, Pirandirá, Jauari e Temerém, encontram-se, ainda, outros 8 maquinários funcionando sobre balsas. Além destes, no baixo curso do rio Mau (Ireng), a jusante da sede do município de Normandia não se constatou a presença de qualquer acampamento ou maquinário de garimpeiros.

Dito de modo resumido, encontram-se operando dentro dos limites da área Raposa-Serra do Sol cerca de 130 a 140 maquinários de garimpo, atingindo mais diretamente os vales dos rios Quinô - com cerca de 37 maquinários instalados, distribuídos entre o rio Suapi, os igarapés Piolho, Serra Verde, Azul, Pauré e o leito do

próprio rio Quinô: - assim como do Cotingo - com aproximadamente 25 maquinários, concentrados, sobretudo, junto ao leito do médio curso deste mesmo rio, mais exatamente, no trecho entre a foz do rio Quinô e a confluência do Cotingo com o rio Surumu; - e, também, de modo igualmente relevante, do Mau (Ireng), em que o número de maquinários soma algo em torno de 48 a 50, espalhados por uma área mais extensa, abrangendo os igarapés Canã, Sol, Urucá, Uiramutã, Catuqui, Arara, Poá, Xiriqui, Cascavel, Cajueiro, Cotia, Pirandirá, Jauari, Temerém, além do leito do próprio rio Mau (Ireng), no trecho do alto e médio curso, a montante da sede do município de Normandia (vide os mapas nº 2-B à pág.nº 95 ; e nº 3-A à pág.nº 96).

As fotos apresentadas nas páginas seguintes, (98 a 105) retratam os métodos e os instrumentos de garimpagem utilizados na área.

X. - A garimpagem de "balsa" é praticada predominantemente nos rios Mau (Ireng) e Cotingo, como mostra a foto estampada na pág. 98, produzida no médio curso do rio Cotingo.

XI. - A garimpagem de "baixa" (nos terrenos de aluvião) e a garimpagem em solos secos (empreendida nas vertentes das serras), embora utilizadas também nos vales dos rios Cotingo e Mau (Ireng), são mais difundidas no vale do rio Quinô, onde se verifica o emprego generalizado dos maquinários, equipamentos e técnicas que se pode observar nas fotos apresentadas nas págs. 99 a 104.

XII. - O garimpo manual é praticado usualmente em conjugação com o garimpo mecanizado, aproveitando-se o material removido do solo com o auxílio dos motores, e procedendo-se a uma segunda, ou terceira, ou ainda enésima triagem da areia e do cascalho expelidos pelas mangueiras das "resumidoras" e amontoados pelos locais de garimpo, como mostra a imagem reproduzida à pág. 105.

9. Informem também o número de garimpeiros existentes na área objeto desta ação (mais ou menos, se não for possível precisar o número), bem como a forma pela qual eles obtêm suprimentos e insumos (alimentação, gasolina, diesel, etc.), com os quais estão conseguindo manter suas atividades.

Considerando-se a estimativa de 135 maquinários operantes na área e uma média (conservadora) de 6 garimpeiros trabalhando em cada unidade de maquinários, pode-se calcular um número aproximado de 800 a 850 garimpeiros envolvidos diretamente nas atividades de exploração de minérios na área em questão. Acrescente-se a este número os garimpeiros que trabalham manualmente com batéia e peneira e que costumam "aproveitar" o material removido pelos maquinários, para efetuar uma segunda triagem, atuando, via de regra, agrupados em 2 ou 3 indivíduos junto a cada maquinário, totalizando, assim, globalmente, o cômputo final de 1.000 garimpeiros aproximadamente.

Tal número, certamente, resulta de uma estimativa aproximada apenas, e não corresponde a um censo exato. Dada a ocorrência de um trânsito permanente de garimpeiros chegando e partindo dos locais de garimpo, para realizar-se um censo preciso dos garimpeiros presentes na área, seria necessário efetuar uma contagem simultânea dos indivíduos presentes em todos os pontos de garimpagem, o que demandaria um custo de pesquisa extraordinariamente elevado. Por outro lado, um censo preciso dos garimpeiros em toda a área examinada não apresentaria maiores utilidades, dado que o fluxo contínuo de entrada e saída de garimpeiros da área tornaria obsoleto em pouco tempo qualquer número exato.

Deve-se notar, no entanto, que tal fluxo de garimpeiros não é totalmente aleatório, nem meramente circunstancial, mas que oscila, com alguma regularidade, entre períodos sazonais: na estação chuvosa, entre os meses de maio a setembro/outubro, as atividades de garimpagem tornam-se sensivelmente mais dificultosas e menos rentáveis, devido ao alto nível e a forte correnteza das águas, e conseqüentemente, verifica-se uma diminuição expressiva do número

de garimpeiros na área. ao passo que, no período de verão, havendo estiagem de dezembro a abril, o número de garimpeiros se eleva consideravelmente, em função dos fatores mais propícios às atividades de exploração mineral. Nesse sentido é relevante registrar que no período de realização das pesquisas de peritagem - mês de novembro de 1993 - ocorreram chuvas torrenciais, excepcionalmente, o que significa que os dados estimados aqui, referentes à presença de garimpeiros na área, correspondem a um momento de refluxo das atividades de garimpagem, e tendem, portanto, a aumentar durante o próximo período de seca, segundo as indicações apuradas entre os índios na área, de 2 a 3 vezes, chegando a 2 ou 3 mil indivíduos (garimpeiros) no total, tirando-se como base momento semelhante ao que já ocorreu durante a temporada de verão, período de pico, de 1992.

Quanto às condições logísticas que viabilizam a prática das atividades de garimpo, as mesmas podem ser descritas sucintamente como segue:

Todo o transporte de garimpeiros, bem como de máquinas, equipamentos, combustíveis e suprimentos, é realizado, nas condições atuais, por via terrestre - rodoviária, exceto apenas o caso do garimpo do Suapi¹. O transporte dos garimpeiros, das máquinas, equipamentos, combustível e suprimentos para todos os locais de garimpagem na área Raposa/Serra do Sol, passam, necessariamente, conforme a observação feita em novembro de 1993, por uma única estrada de rodagem, a RR 171. Os campos de aviação na área (existem diversos, clandestinos) são utilizados com maior frequência pelos compradores de diamante e ouro, e seus representantes, que percorrem rotineiramente, em pequenos aviões, os locais de maior concentração de garimpeiros, escoando assim, toda, ou quase toda produção de minérios da área (especialmente diamantes) para Boa Vista e outros centros urbanos.

As atividades de garimpo na área Raposa/Serra do Sol são empreendidas com o apoio de 6 pontos de intermediação (vide mapa nº 2-B à pág. nº 95), que funcionam como bases de abastecimento, fontes de suprimento, acampamento de transeuntes e centros de comercialização de minérios e bens industrializados. Estas bases de

apoio e sustentação das atividades de garimpagem, dentro dos limites da área em questão, estão situadas nas proximidades dos locais de maior incidência de garimpeiros, respectivamente, nas adjacências dos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng) (vide os mapas nº 2-B à pág. nº 95 ; e nº 3-A à pág. nº 96). São elas,

<u>Suapi</u>	-	médio curso do rio Suapi, cabeceiras do rio Quinô.
<u>Baixão</u>	-	baixo curso do rio Quinô.
<u>água Fria</u>	-	médio curso do rio Cotingo.
<u>Socó</u>	-	junto ao divisor de águas entre os vales dos rios Cotingo e Mau.
<u>Mutum</u>	-	médio curso do rio Mau.
<u>Viramutã</u>	-	vale do alto rio Mau.

Vejamos em maiores detalhes, a seguir, as formas locais de organização das atividades de garimpo, bem como suas articulações particularizadas com as atividades comerciais e empresariais que lhes dão sustentação e fomento.

Garimpo do Suapi - Este núcleo de garimpagem, situado no extremo oeste da área em foco, próximo à fronteira entre Brasil e Venezuela (na altura do marco fronteiro BV 6), funciona de modo "sui generis", devido a sua situação de relativo isolamento, não sendo acessível por via terrestre, mas exclusivamente por via aérea, isto é, por pequenos aviões particulares que mantêm as ligações com Boa Vista, e a partir daí com o restante do país. Dada esta sua situação de isolamento, acessível somente através de aeronaves particulares, as atividades de garimpo são empresariadas pelos proprietários dos maquinários que mantêm estrito controle sobre os movimentos de deslocamento dos garimpeiros, bem como sobre o fornecimento de suprimentos, combustíveis, alimentos, enfim, sobre todo o abastecimento de modo geral, inclusive o comércio de bens industrializados, de minérios extraídos nas adjacências, e mesmo da oferta e do preço da mão-de-obra.

Em razão deste estado de domínio absoluto, com controle amplo de limites, centralizado pelos proprietários da Fazenda Suapi, não foi permitido ao perito percorrer as terras objeto do garimpo, ou adentrar os locais das instalações de garimpagem sem a autorização expressa daqueles que se consideram donos. Foi possível apenas sobrevoar a área e avaliar por cima a extensão das atividades de garimpo praticadas neste local, e obter algumas informações, ainda que um tanto genéricas, de índios e garimpeiros entrevistados em outras áreas, os quais já haviam trabalhado anteriormente no Suapi. Segundo estas informações, os preços dos artigos industrializados consumidos pelos garimpeiros são consideravelmente mais elevados no Suapi, se comparados aos outros locais de garimpo e a remuneração da mão-de-obra também é significativamente inferior no local mencionado, não existindo qualquer alternativa de relações comerciais além das transações controladas pelos "donos" da Fazenda Suapi.

Relatarem-me, inclusive vários índios na região do Quinô, que os trabalhos no garimpo são remunerados, muitas vezes, a troco simplesmente, de artigos industrializados - remédios e alimentos - fornecidos pelos donos do garimpo, nos barracões de sua propriedade, aos trabalhadores, envolvidos diretamente nas atividades de garimpagem, e, que, aliás, são recrutados e/ou dispensados, unilateralmente, por eles mesmos. Gostaria, finalmente, de mencionar dois dados peculiares referentes ao garimpo do Suapi, que me chamaram a atenção, por não terem sido observados nos outros locais de garimpagem: as relações de trabalho que me foram descritas, apresentam fortes indícios, ou mesmo configuram com nitidez, um quadro geral que possibilita a prática de exploração do trabalho a troco de gêneros de consumo de primeira necessidade, ou, em outras palavras, um contexto forjado para garantir a prática de exploração do trabalho escravo. Um segundo dado notável é a existência de uma estrada de rodagem que liga a Fazenda Suapi à cidades em território venezuelano, transpondo aos limites internacionais completamente fora do controle das autoridades brasileiras, e significativamente, numa área sem qualquer acesso terrestre a outras regiões do país. Trata-se, no

mínimo, de uma porta aberta às transações clandestinas, e sobretudo, à evasão de minérios, longe do alcance do Estado brasileiro.

Baixão - esta área de exploração de garimpo, situada às margens do baixo rio Quinô, junto à aldeia Macuxi do Caju, constitui, certamente, a maior aglomeração de garimpeiros dentro dos limites descritos do território Raposa/Serra do Sol e também o local mais degradado em decorrência da exploração do garimpo.

O Baixão consiste em uma área totalmente deteriorada pela ausência de vegetação, com barrancos profundos, assoreamento completo do leito do rio Quinô, inúmeras grandes crateras perfuradas e repletas de água parada, infectada, e enormes amontoados de entulhos e lixo jogados pelos garimpeiros. Nesta área encontra-se instalado o maior número de barracas, ou seja, o maior acampamento de garimpeiros de toda a região, assim como o maior número de maquinários de garimpagem concentrados num mesmo local, em plena atividade, desfigurando com rapidez visível o curso e as margens do rio.

De modo semelhante ao que se verifica nos demais pontos de apoio ao garimpo, no Baixão (ligado por uma estrada de terra a outros acampamentos de garimpo no rio Cotingo e daí a Boa Vista) também se formou um núcleo de abastecimento de suprimentos (maquinários, peças de reposição, acessórios, combustível, gêneros alimentícios, bebidas alcoólicas, etc.) que oferece as condições de sustentação indispensáveis à manutenção das atividades de extrativismo mineral. Tais condições correspondem basicamente a oito estabelecimentos comerciais - gerenciados pelos respectivos proprietários, os srs. Brasil, possuidor de um maquinário em operação e vendedor de peças de reposição para motores, comida e cachaça; Anízio Filho, fornecedor de comida e tabaco; Souza, sócio de maquinários em atividade e comerciante de gêneros alimentícios e cachaça; Marcelo, igualmente vendedor de comida e cachaça; Irmão Crente, vendedor de medicamentos; Pedro, comerciante de bebidas alcoólicas; Oto, agenciador de abrigo de pouso (pensão), comida e bebidas alcoólicas; Aléu, vendedor de peças de reposição para maquinários e bebidas alcoólicas; e Elias, possuidor de uma banca

de jogos e fornecedor de bebidas alcoólicas -, e além destes, quatro agenciadores de prostituição - os srs. Fernando, Pedro (acima mencionado), Léo e Neguinho - os quais empresariam, em média, de 4 a 6 mulheres, cada um; mulheres essas trazidas, na sua maior parte, de Boa Vista, embora algumas poucas sejam as próprias índias, arregimentadas nas aldeias mais próximas (principalmente na aldeia Caju). Cabe ressaltar, ainda, que as mulheres/prostitutas, geralmente, são as mesmas que trabalham como cozinheiras para os garimpeiros.

Um outro fator determinante na dinâmica das atividades nas áreas de maior concentração de garimpeiros é a presença frequente de compradores e/ou agenciadores de ouro e diamante. Os maiores compradores de diamante e ouro na região do Baixão são as empresas Timbó Diamante e Bolsa de Diamantes, sediadas em Boa Vista. A empresa Timbó Diamantes mantém um contrato prevendo o pagamento de comissões ao sr. Brasil, residente na área, atuante na intermediação da compra de minérios dos garimpeiros para essa empresa. A empresa Bolsa de Diamantes emprega um assalariado, conhecido pelo nome de sr. Geléia, também morador na área, que, igualmente, intermedia a compra de diamantes e ouro produzidos no local, dispondo para isso de uma motocicleta, fornecida pela empresa, com a qual percorre inclusive os demais pontos de garimpo dispersos nas imediações do Baixão.

Na aldeia Macuxi do Caju, junto ao Baixão, há um campo de aviação e, desde 1991, periodicamente, às sextas-feiras pouso o avião particular da empresa Timbó Diamantes para a recolha de diamantes e ouro, mediante pagamento, conforme as cotações impostas, aos garimpeiros; do mesmo modo, aos sábados, pouso o pequeno avião da empresa Bolsa de Diamantes, com as mesmas finalidades. Este trânsito periódico foi presenciado pessoalmente pelo perito, no entanto, os índios habitantes da aldeia Caju informaram que tal movimento de aeronaves se intensifica muito no período de verão, ou seja, de seca, quando a produção de minérios aumenta, passando a haver vôos diários.

O abastecimento de combustível para o funcionamento de motores (basicamente óleo diesel, gasolina e óleo lubrificante),

bem como de suprimentos em geral. é feito por caminhões e caminhonetas, através da estrada RR 171, que liga a região do baixo Quinô a Boa Vista. Esses veículos transportam o combustível adquirido em Boa Vista em tambores de latão, com capacidade de 200 litros, e entregam nos locais de garimpo, geralmente pelo dobro do preço, como foi possível constatar, por exemplo, em meados de novembro, no Baixão, onde um tambor com 200 litros de óleo diesel era vendido a CR\$ 30.000,00, enquanto em Boa Vista, a mesma quantidade de óleo era vendida por CR\$ 15.000,00.

água Fria - Este núcleo de garimpeiros, localizado às margens do médio rio Cotingo, serve como base de abastecimento dos garimpos de "balsa", predominantes na região. No local atuam cerca de seis estabelecimentos comerciais: um bar-entreposto, pertencente ao sr. Neco Paraíba, onde se vende cerveja, cachaça e peças de reposição para maquinários de garimpo, sendo as transações realizadas, mais comumente, em espécie, isto é, mediante pagamento em ouro e diamantes pelos garimpeiros; um bar-armazém, de propriedade do sr. Manoel (vulgo Manelão), onde se vendem roupas, gêneros alimentícios (arroz, feijão, farinha, conservas, etc.) e cachaça; um outro bar, do sr. José Galetto, fornecedor de cachaça, cerveja e tabaco; um bar-restaurant, de propriedade do sr. Marcelino, onde se vende comida, bebidas e tabaco; mais outro bar-boate, ou "brega" do Juruna, onde se vendem bebidas alcoólicas e serve como ponto de agenciamento de prostituição; além de mais um congênere, bar-boate ou "brega", chamado "Abacaxi", de três sócios, os srs. Chagas, Ari e Abacaxi, que também fornece bebidas alcoólicas e funciona como ponto de aglutinação de prostituição. Em cada um desses dois bares-boates, ou "bregas", agenciam-se de 5 a 6 prostitutas, em média, as quais são, na maior parte, trazidas de Boa Vista, embora também haja índias trabalhando, provenientes da aldeia água Fria, geralmente recrutadas entre as mulheres separadas das respectivas famílias.

Além dos mencionados acima, atuam ainda como comerciantes na água Fria os srs. Balbino e Raimundo, vendendo combustível. Os combustíveis também são transportados até este local, por caminhões e caminhonetas, através da mesma estrada de rodagem, a RR 171, em

tambores de latão com capacidade de 200 litros. O sr. Raimundo fornece, ocasionalmente, peças de reposição e equipamentos para maquinários de garimpo.

Os maiores compradores de minérios na água Fria, na região do médio Cotingo, são também as empresas Timbó Diamantes e Bolsa de Diamantes, através dos respectivos prepostos, os srs. Cearazinho e Maciel, ambos residentes no local. As duas empresas mantêm escritórios funcionando na água Fria, a empresa Timbó Diamantes negociando exclusivamente diamantes e a Bolsa de Diamantes, tanto diamantes como ouro, mediante pagamento de comissões proporcionais aos negócios realizados por intermédio do sr. Maciel. Junto à aldeia há um campo de aviação, e periodicamente os aviões particulares pousam nesta pista (o avião da empresa Timbó Diamantes comparece às quartas-feiras, enquanto o avião da empresa Bolsa de Diamantes comparece aos sábados ou domingos), recolhendo a produção de diamante e ouro dos garimpos das imediações e efetuando os pagamentos aos garimpeiros.

Socó - O acampamento dos garimpeiros do Socó, localizado na serra junto ao divisor de águas entre os vales dos rios Cotingo e Mau (Ireng), é um dos menores núcleos de garimpagem e, por uma questão de tempo, não foi possível visitá-lo pessoalmente. Foi possível apenas observar visualmente, durante um sobrevôo no local, o ajuntamento de aproximadamente uma dezena de barracas de garimpeiros e meia dúzia de construções cobertas de zinco e de lata, as quais, supostamente, funcionam como estabelecimentos comerciais, fornecendo suprimentos e alimentação aos garimpos atuantes nas redondezas. Como nos demais locais que servem de apoio à garimpagem, no Socó também há uma pista de aviação, creio eu, utilizada pelos compradores de diamante e ouro que frequentam a região e adjacências.

As informações disponíveis sobre o Socó, portanto, limitam-se aos dados fornecidos pelos informantes índios contatados na região e indicam, de maneira semelhante ao que se verifica nos outros pontos de abastecimento de garimpo, que este núcleo de instalações de garimpagem, dispõe de peças de reposição e combustível para maquinários, gêneros alimentícios, bebidas e talvez vestuário e/ou

prostibulos para atendimento aos garimpeiros. Nas imediações do Socó encontram-se evidências, tanto recentes como antigas, de atividades de garimpo, embora pulverizadas, particularmente escavações em encostas, predominantes nesta região.

Uiramutã - No Uiramutã, situado às margens do igarapé de mesmo nome, no vale do alto rio Mau (Ireng), encontra-se reunida a principal concentração de garimpeiros na região fronteiriça com a República da Guiana. No curso do rio Mau (Ireng) - que delimita a fronteira entre os dois países -, mais acima do Uiramutã, há apenas um local de ocupação de garimpeiros, chamado Orinduque, atualmente em desuso e praticamente abandonado. O termo Uiramutã, originalmente, designa o lugar habitado pelos membros de uma comunidade Macuxi e, a partir de meados do século, começaram a estabelecer-se junto a esta aldeia alguns criadores de gado não-indios e pequenos negociantes "marreteiros" que passaram a percorrer a região, transacionando mercadorias com tais criadores de gado, isolados das vilas e cidades à grande distância, assim como com os índios residentes nesta mesma área.

Hoje, o Uiramutã é constituído pela tradicional aldeia Macuxi e, aglomeradas junto à aldeia, algumas dezenas de instalações erguidas pelos ocupantes não-índios da área, utilizadas como residências de criadores de gado, estabelecimentos de comércio, escritório de funcionários públicos estaduais, escola primária, posto de saúde e hospedarias de garimpeiros.

Há diversos alojamentos de garimpeiros nos arredores da aldeia Uiramutã que se servem deste núcleo de comércio para o seu abastecimento. Mais diretamente ligados às atividades de garimpo, atuam no Uiramutã, pelo menos sete estabelecimentos comerciais: um depósito de revenda de óleo diesel e cachaça, de propriedade do sr. Amélio Moraes; um entreposto que fornece óleo diesel, gás butano, mantimentos e cachaça, pertencente ao sr. Manoel Peixe; um bar em que se negociam bebidas alcoólicas, de propriedade do sr. J. Alves, agenciador de trabalhadores indígenas para o garimpo; um armazém de mantimentos e bebidas do sr. Manoel Rufino; outro depósito de bebidas alcoólicas,

do sr. Castro; uma loja de tecidos e roupas do sr. Benício; e um ponto de revenda de álcool e vestimentas do sr. Cabo.

Há também no Uiramutã, dois escritórios para a compra de diamantes e ouro, pertencentes às empresas Timbó Diamantes e Bolsa de Diamantes. No escritório da companhia Timbó Diamantes, vendem-se também peças de reposição para maquinários e implementos para garimpo. Todos os fins de semana, pousam na pista de aviação aberta junto à aldeia do Uiramutã, as aeronaves particulares a serviço das duas empresas citadas, recolhendo a produção de diamante e ouro amalhada nas transações efetuadas pelos seus funcionários permanentes, sediados neste mesmo local.

O abastecimento de combustível e suprimentos diversos é também realizado, neste caso, por caminhões e camionetas, através da mesma estrada, a RR 171. Os combustíveis (óleo diesel, gasolina e óleo lubrificante) aqui, porém, já são armazenados em grandes tanques instalados no solo, e revendidos, tanto em tambores de 200 litros, como a granel, para consumo doméstico.

Um dado que chama a atenção de qualquer observador no Uiramutã é a frequente ocorrência de conflitos entre índios, garimpeiros e negociantes, envolvendo roubo de gado indígena, abuso sexual de mulheres índias e disputas pela ocupação das áreas de matas. A exploração de trabalho indígena nos garimpos, também é bastante comum no local e, via de regra, esta prática degenera em violências físicas e atentados fatais. O ambiente nos estabelecimentos comerciais do Uiramutã, o posto de apoio ao garimpo mais avançado em área indígena, é sensivelmente mais carregado que em outros locais, havendo atitudes ostensivas de discriminação aos índios residentes nas aldeias das proximidades.

Mutum - No Mutum, situado às margens do rio Mau, encontram-se reunidos vários estabelecimentos de comércio que atuam no abastecimento dos garimpos da região do médio e baixo vale do rio Mau (Ireng).

Vinculados mais estreitamente às atividades de garimpo, pode-se relacionar os seguintes estabelecimentos: um armazém de revenda de tecidos, gêneros alimentícios, bebidas e aquisição de minérios, pertencente ao sr. Odair; um outro armazém congênere, do

sr. Cupertino: uma loja de gêneros alimentícios e bebidas, do sr. Lira, também comprador de minério; pelo menos oito bares, fornecedores de bebidas alcoólicas, pertencentes aos srs. Edmar, Ataíde, Danilo, Antonio, Firmino, Osvaldo (negociante também de combustível), Gessi e um indivíduo alcunhado Professor; além de um estabelecimento denominado Comar, onde são vendidos implementos, peças de reposição, equipamentos vários e combustíveis para garimpos.

Os artigos comercializados, assim como os combustíveis, são transportados para o Mutum, igualmente, por veículos de carga, através da mesma estrada, a RR 171, desde Boa Vista. Os combustíveis, como ocorre também no Uiramutã, são armazenados no Mutum em grandes tanques instalados no solo, e revendidos na bomba, tanto por atacado como a granel, cotados à época, a CR\$ 96,00 o litro de óleo diesel, CR\$ 130,00 o litro de gasolina e CR\$ 7.000,00 a lata de cinco litros de óleo lubrificante.

Há, ainda, nas proximidades do Mutum, mais precisamente nos locais denominados Jacutinga e Lage, dois prostíbulos, agenciadores de 15 a 20 mulheres para os garimpeiros. A produção de diamante e ouro resultante das atividades de garimpagem empreendidas nas imediações do Mutum, é vendida, em grande parte, como nos demais locais citados, para as empresas Timbó Diamantes e Bolsa de Diamantes, as quais mantêm funcionários permanentes no local, e representantes percorrendo periodicamente a região em aeronaves, recolhendo minérios negociados ao longo da semana.

Cabe finalmente ressaltar que a comercialização de toda, ou quase toda a produção de diamante e ouro proveniente dos garimpos situados na área em questão, é praticamente monopolizada pelas duas empresas mencionadas, Timbó Diamantes e Bolsa de Diamantes, ambas sediadas na cidade de Boa Vista, respectivamente nos endereços, Av. Benjamin Constant, n. 170 (fone 2244929), e Av. Cecília Brasil, n. 379 (fone 2243233). As aeronaves a serviço destas empresas, encontradas estacionadas nas pistas de garimpo aqui mencionadas, são as de prefixos BVL / PP ADL; PT BVL; e PT CKV.

Os principais locais que servem de bases de apoio às atividades de garimpagem na área em questão são acessíveis por via terrestre, exceto apenas o caso do Suapi, nas cabeceiras do rio Quinô. Em todos esses locais, com efeito, reúne-se uma gama variada de indivíduos que atuam no transporte, no comércio de suprimentos, de minérios, na prestação de serviços, obtendo ganhos com atividades correlatas ao garimpo. Esses locais funcionam, de fato, como pontos fundamentais de sustentação logística para o garimpo; a manutenção das atividades de garimpo, foi possível constatar exaustivamente durante as pesquisas de peritagem realizadas na área, depende necessariamente da articulação produzida a partir dos referidos locais, que constituem as suas bases de sustentação logística.

XIII - As principais instalações materiais operantes para a articulação das atividades de garimpo e correlatas, embora acessíveis por terra, estão invariavelmente dispostas junto a uma pista de aviação, conforme se observa nas fotos apresentadas nas páginas subsequentes, respectivamente, do garimpo do Suapi (pág.120), do garimpo do "Baixão" (págs.121,122), situados no vale do rio Quinô; do garimpo água Fria (pág.123), do garimpo do Socó (pág.124), localizados no vale do rio Cotingo; do Uiramutã (pág.125) e do garimpo do Mutum (págs.126,127,128), situados no vale do rio Mau (Ireng).

10. Os rios Surumu e Tacutu ao Sul; a serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Guiana, e o rio Maú ou Ireng, ao Norte; Rio Maú, divisa com a Guiana, a Leste; rios Cotingo, Surumu, Miang e Serra Pacaraima (Brasil/Venezuela) a Oeste, configuram os acidentes geográficos indicadores dos limites da área indígena? Se negativa a resposta, aponte os senhores peritos, com precisão, os pontos naturais que identifiquem a área dos índios Macuxi.

Perfeitamente, o quesito de número 10, tem resposta positiva; os acidentes geográficos acima mencionados configuram indicadores de limites da área de ocupação tradicional dos índios Macuxi e Ingaricó.

Deve-se ter presente, contudo, que os índios Macuxi e Ingaricó habitam também outras áreas, além dos limites descritos da área indígena Reposa/Serra do Sol, as quais, no entanto, já se encontram devidamente encaminhadas para regularização, tanto a oeste do rio Surumu, em território brasileiro, quanto a leste do rio Mau (Ireng), em território guianense. A grande maioria da população Macuxi e Ingaricó, porém, concentra-se dentro dos limites da área Reposa/Serra do Sol, que permanece objeto de processo administrativo de reconhecimento oficial, ainda inconcluso ¹, e portanto deixando esse contingente de seus habitantes nativos, bastante vulnerável à atuação desregrada de invasores não-índios.

De fato, os acidentes geográficos mencionados no quesito de número 10, configuram pontos naturais que identificam a extensão contínua da área de ocupação tradicional Macuxi e Ingaricó. Os índios percorrem rotineiramente toda a extensão desta área, em atividades de exploração econômica, de estabelecimento de relações de parentesco e afinidade, de celebração de ritos comunitários, enfim, em atividades que permeiam toda a sua vida social.

A serra Pacaraima ao norte, o rio Mau (Ireng) a leste, os rios Miang e Surumu a oeste e o rio Tacutu ao sul, constituem, no mais, componentes destacados da tradição oral Macuxi e Ingaricó. Em outras palavras, estes pontos citados são referenciais importantes

da memória social dos povos Macuxi e Ingaricó: através deles se situam as antigas aldeias, as povoações antecedentes, tanto no tempo, como no espaço, permitindo aos indivíduos identificar a sua posição social, reconhecer os vínculos de descendência com seus ancestrais que viveram nas antigas aldeias, os laços de consanguinidade e afinidade que os vinculam aos seus contemporâneos e vizinhos, enfim, permitindo aos indivíduos vivenciar as formas próprias de sua organização social.

Mais que meras vias de transporte, ou reservatórios de peixes, de caça, de frutos e/ou fibras vegetais, os pontos naturais mencionados aqui, constituem referenciais que compõem as mitologias dos dois povos habitantes da área em questão, informando as pessoas que as compartilham sobre as atitudes, posturas, costumes, hábitos e valores que estruturam sua vivência coletiva, suas relações comunitárias e formam, em decorrência, suas instituições, sua identidade étnica diferenciada, em suma, a continuidade da existência de sua própria sociedade.

Tais referenciais geográficos são, portanto, ao mesmo tempo, referenciais espaciais, temporais e sociais, que delimitam os contornos individuais das pessoas, das unidades sociais e políticas a que pertencem, e da sociedade mais ampla em que vivem.

Com efeito, cada ponto do território tradicional indígena, cada curva no curso dos rios, cada cachoeira, cada corredeira, cada remanso das águas, cada serra, cada baixada, cada local onde vivem as inúmeras espécies vegetais, onde se alimentam, ou se refugiam os diferentes animais, tem, admiravelmente, um nome próprio designado pelos índios, referenciando eventos passados, experiências vivenciadas por seus ancestrais, marcos de várias ocorrências e momentos especiais de relações de ruptura, de guerra, de conflito, de expectativa, aliança, consanguinidade, reciprocidade, que instruem, orientam e conferem significado ao comportamento das pessoas.

Tais colocações apresentadas nos parágrafos imediatamente precedentes, podem ser nitidamente ilustradas, bastando para tanto mencionar sucintamente alguns trechos dos repertórios míticos desses povos:

A atual configuração fisiográfica do mundo, de acordo com as narrativas míticas dos índios, foi forjada pelos ancestrais remotos dos indígenas atuais, os irmãos Macunaima e Jiguê, que cortaram a árvore da vida, isto é, a árvore Wazaká, onde cresciam todas as plantas cultivadas e naturais conhecidas, espalhando-as pelos locais onde se encontram atualmente. O toco da árvore da vida, remanescente no solo, é precisamente o Monte Roraima, situado na serra Pacaraima, o divisor das águas que correm para os vales dos rios Amazonas, Orinoco e Essequibo, nas devidas dimensões que o conhecemos hoje. Deste toco da árvore da vida remanescente no solo, jorrou, a partir de então, uma torrente de água que deu origem aos rios atuais, notadamente o Mau (Ireng), o Cotingo, o Miang, o Surumu e o Tacutu, que atravessam o território indígena.

Os dois irmãos, ancestrais míticos dos índios atuais, nas suas peripécias por esse mundo, também criaram as pragas, as doenças que afligem os homens, e os procedimentos de cura que as neutralizam.

Rememorando as passagens míticas na transmissão de sua tradição oral, as antigas aldeias, os habitantes em períodos passados, os índios podem identificar seus ancestrais consanguíneos, reconhecer seus parentes atuais, classificar, eventualmente, os indivíduos do sexo oposto conforme as categorias prescritivas que definem as relações apropriadas entre os cônjuges potenciais, e assim sucessivamente, com as demais categorias componentes do seu sistema de parentesco.

Percorrer a área de ocupação tradicional indígena significa, conseqüentemente, lidar com os inúmeros seres vivos que causam doenças, com os procedimentos de cura com que são combatidas, com os diversos seres que servem de alimento, ou de predadores para os humanos; significa, concretamente para os índios, portanto, intervir e ocupar de forma própria o meio ambiente circundante. Significa também, e sobretudo, dar continuidade às relações sociais, manter a vida da própria sociedade, casando-se, formando parentelas, estabelecendo alianças políticas e vínculos rituais.

Os rios na área, em particular, o Mau (Ireng), o Cotingo, o Miang, o Surumu e o Tacutu, assim como os caminhos e percursos que

atravessam os campos e as serras, são, em síntese, partes integrantes da organização social indígena, e, como tal, indissociáveis de sua sobrevivência.

11. Com base em dados históricos, arqueológicos e pesquisa de campo, indiquem os senhores peritos de quando data a ocupação dos índios Macuxi, Ingarikó, Taulepang e Wapixana na área objeto desta ação ?

A ocupação da área objeto desta ação pelos mencionados povos indígenas é imemorial. Conforme o demonstrado na resposta ao quesito anterior, de número 10, as serras, os rios, enfim, os acidentes geográficos presentes na área em questão, com os respectivos nomes específicos, constam, de modo destacado, de "corpus" míticos destes povos; e, nesta qualidade não podem ser datados, ou mesmo sequer localizados aproximadamente no tempo.

A ocupação imemorial do território habitado atualmente pelos Macuxi e Ingaricó_ é atestada pelo vasto acervo arqueológico encontrado na área, e, em especial, os vestígios mortuários e o repertório de pinturas rupestres, que evidenciam a utilização de determinadas técnicas e concepções estéticas, reconhecidas e interpretadas pelos índios, como sendo características de seus antepassados.

Também atestam tal ocupação, no presente momento, diversos fatores: a disposição espacial das aldeias Macuxi e Ingaricó, a dinâmica de deslocamento de sua população, ou mesmo, as atividades de exploração econômica empreendidas por seus membros e engendradas pelos respectivos sistemas político e de crenças, que revelam, de modo indubitável, a plena operacionalidade das formas próprias de organização social, resultantes de um longo processo de adaptação ecológica destes povos à região.

O que se pode afirmar, com absoluta segurança, é que, em meados do século XVIII, quando os primeiros exploradores e/ou cronistas portugueses chegaram à região do alto vale do rio Branco, já se depararam com os povos Macuxi e Ingaricó ocupando a mesma área habitada por estes até o presente momento. As informações disponíveis certificam, sem sombra de dúvida, que a ocupação Macuxi e Ingaricó na área em questão, data, de pelo menos, dois séculos e

meio, conforme atestam todas as fontes coloniais portuguesas sobre a região. E mais, os vários indícios conhecidos referentes a esta questão, convergem no sentido de que a ocupação indígena aqui tratada, seja bastante mais remota do que o período de abrangência dos registros históricos e documentos oficiais.

Com efeito, o reconhecimento histórico do território tradicional de ocupação contínua e permanente dos povos Macuxi e Ingaricó é atestado, significativamente, pela unanimidade das fontes e registros escritos concernentes à região do alto rio Branco.

Antes mesmo do estabelecimento dos portugueses no vale do rio Branco no século XVIII, o Vigário Geral do Rio Negro, José Monteiro de Noronha, registra no ano de 1768 (1862:63), em seu "Roteiro da Viagem do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província", a localização dos Macuxi em área próxima aos rios Uraricoera e Tacutu, os principais formadores do rio Branco.

No ano de 1774 os portugueses tomam posse efetiva do vale do rio Tacutu, quando, com o apoio de grupos locais Macuxi, expulsam um destacamento militar espanhol da foz do rio Mau (Ireng), um dos principais afluentes do rio Tacutu pela margem direita (Sampaio, 1850|224). Em 1777, o então Ouvidor da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, apresenta maiores indicações de habitações Macuxi situadas nos campos e serras que se estendem a partir de 30 léguas acima da barra do rio Branco (Sampaio, 1850-202). Na década seguinte, no ano de 1787, o Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo D'Almada, à frente da Comissão Brasileira Demarcadora de Fronteiras, percorre os limites dos domínios portugueses ao norte da Amazônia e identifica cinco lideranças "Principais" Macuxi que viviam em aldeias separadas, situadas nas serras entre os rios Rupununi e Surumu, nas proximidades das vertentes meridionais da cordilheira Pacaraima (D'Almada, 1861-675). Em fins do século XVIII, no ano de 1798, os estabelecimentos portugueses empreendidos no vale do rio Branco chegaram a contar com uma população de cerca de três dezenas de índios Macuxi aldeados (Farage, 1986).

Já em meados do século XIX, o naturalista R. Schomburgk (1840-50/1841-200/1843-59) apresenta as primeiras descrições mais detalhadas referentes ao território de ocupação Macuxi e Ingaricó, localizando com precisão dezenas de aldeias, situadas nos vales dos rios Cotingo, Mau (Ireng), Tacutu e Rupununi. Os relatos dos viajantes H. Coudreau (1887) e E. Stradelli (1887, 1889, 1906) registram, de modo particular, em área brasileira, dados complementares aos fornecidos anos antes por Schomburgk sobre demografia e localização dos Macuxi, bem como dos grupos Kapon (Ingaricó), atestando a permanência da ocupação de seu território tradicional ao longo de todo o século XIX.

No início do século XX, o etnólogo Koch-Grünberg, autor do mais completo estudo etnográfico da região do Rio Branco, veio corroborar as informações prestadas por todos os cronistas que o antecederam nesta região, ao relatar os limites da área de ocupação Macuxi: "Seu território principal se encontra como na época de seu primeiro contato com os europeus, desde fins do século XVIII, entre o Tacutu, seu afluente direito, o Mahú ou Ireng e o Rupununi, o grande afluente esquerdo do Alto Essequibo, no território fronteiriço entre Brasil e Guiana Inglesa, onde eles habitam principalmenete a grande serra Canucu, coberta pela selva. Desde aí se estendem pelo oeste-noroeste até o Cotingo e mais adiante em povoações isoladas por ambas as margens do Surumu e pelo sul deste na savana ondulada até a região do Alto Parimé-Maruí ao lado dos Wapixana." (1982. III-20). E, nos anos subsequentes, o etnólogo William C. Farabee (1924:14) também testemunha sobre os Macuxi: "No Brasil suas aldeias se encontram, na maior parte, entre os rios Tacutu e Uraricoera e nas altas montanhas ao norte".

Nas primeiras décadas do século, foi instalada uma sede da Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios na Fazenda São Marcos (de propriedade do Estado), situada à margem direita do rio Tacutu, tendo jurisdição sobre todo o vale do rio Branco; e seus funcionários relataram à diretoria do órgão haver encontrado um quadro com a mesma configuração notada por Koch-Grünberg nos anos anteriores: "Ora a inspeção do Serviço de Proteção aos Índios ao estabelecer a sua cação nos territórios do rio Branco e

seus afluentes, encontrou a maior parte da região acima, somente, exclusivamente, de facto sob a posse dos índios, ainda completamente selvagens uns, outros já em contacto frequente com os civilizados, porém vivendo com seus usos, costumes e linguagem." (Memorandum enviado pelo ajudante da 1- Inspectoria do SPI, Augusto Zany, ao diretor, capitão Alípio Bandeira - Manaus, 15 de janeiro de 1914).

Ainda no início deste século, os monges beneditinos fundaram uma missão para a evangelização dos índios, às margens do rio Surumu, o afluente da margem direita do rio Tacutu, igualmente na área de ocupação tradicional Macuxi, onde se concentrava um grande contingente de habitantes indígenas, inclusive alguns recém-chegados: " O índio, diante do avanço do branco, foi retirando-se para as montanhas e matas, quando não julgou mais acertado entrar em convívio com os brancos, prestando-lhes serviços à troca de módica compensação... (Anuário do Rio Branco:10-21).

Em 1927, a Comissão de Inspeção de Fronteiras, instituída pelo Ministério da Guerra, percorreu, sob o comando do General Rondon, o curso dos rios Tacutu, Surumu, Cotingo e Mau (ou Ireng), tendo encontrado as proximidades de suas margens ocupadas por dezenas de aldeias Macuxi, Ingaricó, e, ao sul, Wapixana, com uma população estimada em pelo menos 2.000 indivíduos (1928:64-170); e, apesar da migração forçada dos índios para lugares ermos e para o território guianense, fomentada pela chegada de colonos civis, a região ainda permanecia povoada, quase que exclusivamente, pelos habitantes indígenas.

Mais recentemente, na década de 1960, o lingüista E. Migliazza (1960) publicou um mapa contendo a localização aproximada de 90 aldeias Pemón (Macuxi) e Kapon (Ingaricó) dentro dos limites da área indígena em questão. Finalmente, o Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Funai em 1988 para proceder a identificação da área Indígena Raposa/Serra do Sol, chegou a registrar a localização, com precisão cartográfica (em escala de 1/100.000), de mais de 60 aldeias Macuxi e Ingaricó, somando uma população de cerca de 8.000 habitantes.

Em síntese, as informações disponíveis sobre a ocupação indígena na área examinada, autorizam-nos a afirmar, com segurança, que tal ocupação, mantida de modo contínuo, remonta a pelo menos dois séculos e meio. Por outro lado, as indicações anteriormente sublinhadas, constantes da tradição oral Macuzi e Ingaricó, bem como os vestígios do acervo arqueológico presentes na área, permiti-nos projetar tal ocupação a períodos bem mais recuados, ainda que por ora, permaneçam pouco, ou mesmo quase nada conhecidos.

12. Os índios ainda mantêm uma estrada fechada, que passa pela Maloca Maturuca ou Maturacá, dentro da área indígena? Essa estrada era utilizada pelos garimpeiros? Quais as principais rotas pelas quais os garimpeiros tem acesso a área por rodovia? E quais as pistas de pouso utilizadas pelos mesmos?

A primeira indagação tem resposta negativa, os índios suspenderam definitivamente a operação de bloqueio da estrada que passa pela aldeia Maturuca no mês de novembro de 1993. A segunda indagação procede, tal estrada era efetivamente utilizada pelos garimpeiros rumo ao alto curso do rio Mau (Ireng). Quanto às rotas e pistas de pouso utilizadas pelos garimpeiros, as mesmas passarão a ser descritas logo a seguir, na sequência de certos esclarecimentos considerados necessários serem apresentados, com referência às duas primeiras indagações constantes no presente quesito.

Um primeiro esclarecimento que parece-me pertinente expor aqui é relativo ao fechamento da estrada utilizada pelos garimpeiros que passa dentro da aldeia Maturuca, em área indígena. O fechamento desta estrada utilizada pelos garimpeiros constituiu uma operação de iniciativa dos índios habitantes na aldeia Maturuca, objetivando a retirada dos garimpeiros invasores da aldeia e das áreas adjacentes margeando o curso superior do rio Mau (Ireng). Tal operação foi inteiramente concebida pelos índios habitantes da referida aldeia e pelos mesmos desencadeada a partir do mês de julho de 1993. A operação em foco consistiu basicamente na formação de uma barreira humana composta pelos índios moradores da aldeia, que bloqueava o trânsito de veículos, dentro da aldeia, transportando garimpeiros, maquinários e suprimentos para o garimpo localizado às margens do rio Mau (Ireng), a montante da aldeia. Os índios interceptavam os veículos na estrada e impediam simplesmente a passagem de cargas contendo maquinários, implementos, alimentos, suprimentos, levado desde Boa Vista para o abastecimento dos

garimpos instalados junto à aldeia. Permitiam, os índios, porém, a passagem de veículos vazios (sem carga) e dos passageiros - garimpeiros ou não - que não portassem objetos de uso no garimpo, de modo a facilitar e colaborar com aqueles que se dispusessem a sair da área (inclusive levando os seus pertences) de maneira espontânea. A operação dos índios visando o bloqueio do abastecimento para os garimpos teve, assim, um caráter eminentemente pacífico, permitindo o trânsito daqueles que não se destinavam a habilitar-se para o exercício das atividades de garimpagem, isto é, de veículos descarregados e indivíduos não portando suprimentos utilizados no garimpo e a livre saída daqueles que quisessem partir dos garimpos em que estavam alojados para qualquer percurso que pretendessem se dirigir além da barreira, devidamente acompanhados das respectivas cargas e pertences. Embora suportando muitas tensões e correndo grandes riscos, os índios mantiveram a operação de bloqueio, alternando-se na formação da barreira na estrada durante quatro meses aproximadamente, chegando a alcançar, por fim, os objetivos visados, a retirada total dos garimpeiros das áreas adjacentes, sem recorrer ou permitir qualquer ato de violência ou conflito físico entre a população indígena e os garimpeiros invasores. É digno de nota também, o dado de que a operação de bloqueio da referida estrada foi uma iniciativa inteiramente indígena, implementada e mantida exclusivamente pelos índios, a despeito dos altos custos que se obrigaram a arcar, mesmo assim concluída e desativada por eles próprios, no devido momento em que julgaram cumpridos os seus propósitos.

Um segundo esclarecimento considerado oportuno para complementar o presente texto, bem como a compreensão da temática aqui tratada, diz respeito à utilização pelos garimpeiros da estrada que atravessa a aldeia Maturuca. Vale lembrar, com tal intuito, que a área nas redondezas do alto curso do rio Mau (Ireng), passou a ser invadida e ocupada por um grande contingente de garimpeiros, a partir de 1988, com o desalojamento de milhares deles da área Yanomami, e o direcionamento de parte dos mesmos, conduzido pelos empresários de garimpo, para os locais de garimpagem, já em exploração, nas terras de ocupação tradicional

Macuxi e Ingaricó, menos visada pelas autoridades governamentais naqueles momentos anteriores. Os pontos de garimpo na área do alto curso do rio Mau (Ireng), mais precisamente, os locais denominados Cachoeira da Onça, Mina Velha, Mina Nova e Boca do Igarapé Capim, começaram a polarizar um intenso fluxo de garimpeiros em 1988, impulsionado desde a cidade de Boa Vista, que resultou num aumento febril das atividades de exploração e de instalação de maquinários e trabalhadores, a partir de então, modificando qualitativamente os efeitos causados pela presença dos garimpeiros junto aos índios e ao meio ambiente até aquele ano. A estrada mencionada no quesito de número 12 é exatamente a via de acesso terrestre que liga a cidade de Boa Vista aos pontos referidos de garimpagem às margens do alto curso do rio Mau (Ireng), convertidos nos fins dos anos 80, em núcleos expansionistas de extrativismo mineral. Como o transporte dos garimpeiros e seu abastecimento era feito, senão inteiramente, por certo, prioritariamente, através desta mesma estrada de rodagem aludida aqui anteriormente, e tal estrada, de fato, atravessasse a aldeia Maturuca, os índios decidiram realizar a operação de bloqueio nesta estrada específica, como uma medida defensiva e desesperada diante das proporções assustadoramente crescentes da invasão, ocupação e degradação que presenciavam em seu território, e da ausência de providências por eles reivindicadas da parte do poder público.

Em poucas palavras, o bloqueio da estrada utilizada pelos garimpeiros, dentro da aldeia Maturuca, representa hoje uma operação encerrada (constatação feita em dezembro de 1993), que deixou como saldo o fechamento dos garimpos na área do alto rio Mau (Ireng) e a liberdade de atuação para os índios que conquistaram melhores condições de vida e voltaram a dispor amplamente das terras ocupadas por eles tradicionalmente na área contígua à aldeia em que residem.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, passemos à descrição das rotas de acesso terrestre à área e das pistas de pouso utilizadas pelos garimpeiros dentro dos limites estabelecidos para a mesma nos autos deste processo.

É relevante ter em devida consideração, a princípio, que praticamente todo o transporte de garimpeiros, de suprimentos e de abastecimento para os garimpos, é realizado por via terrestre, através de caminhões e camionetas que trafegam nos percursos entre a cidade de Boa Vista e os locais de garimpagem em atividade no presente momento dentro dos limites da área indígena.

O eixo das rotas de acesso rodoviário entre a cidade de Boa Vista e os locais de garimpo na área em exame, é a estrada estadual RR 202, que estabelece a ligação entre as duas rodovias federais, a BR 174 e a BR 401, que conduzem diretamente à cidade de Boa Vista. Desde este eixo, constituído pela estrada estadual RR 202, parte uma outra estrada-ramal, igualmente não pavimentada, a rodovia estadual RR 171, a qual consiste o único acesso terrestre à região serrana no extremo nordeste do estado de Roraima. Já na região serrana, a rodovia RR 171 se bifurca em duas vias que levam, por um lado, aos locais de garimpo situados nos vales dos rios Cotingo e Quinô, quais sejam, água Fria e Baixão, e, por outro, aos locais de garimpo situados no vale do rio Mau (Ireng), denominados Mutum (RR-319), com variantes para o Socó e para o Uiramutã.

As pistas de pouso na área são utilizadas, principalmente, pelos compradores de diamante e ouro e seus prepostos e/ou empresários do garimpo, e, apenas esporadicamente, pelos garimpeiros propriamente ditos e/ou comerciantes que operam no abastecimento dos garimpos. As pistas de pouso mais utilizadas são as localizadas junto aos principais núcleos de garimpo: na Fazenda Suapi, às margens do rio Suapi; nas cabeceiras do rio Quinô, próximo à fronteira Brasil-Venezuela (na altura do marco fronteiro BV 6); na aldeia Caju, que serve ao Baixão, junto às margens do baixo rio Quinô; na aldeia água Fria, às margens do médio rio Cotingo; no acampamento do Mutum, junto às margens do médio rio Mau, junto à fronteira Brasil-Guiana; e na aldeia Uiramutã, às margens do igarapé de mesmo nome, afluente do alto rio Mau (Ireng), também nas proximidades da fronteira Brasil-Guiana.

— Cabe notar, finalmente, que todas essas pistas de pouso listadas aqui são clandestinas. As únicas pistas de pouso

registradas na área são as localizadas na vila do Surumu (Vila Pereira), no extremo oeste e na sede do município de Normandia, no extremo leste. Portanto, todos os planos de vôo apresentados pelas aeronaves que atuam nos garimpos declaram (quando o fazem) estes dois destinos reconhecidos oficialmente, embora não sejam estas, de fato, a direção de tais aeronaves que percorrem periodicamente as rotas dos principais locais de garimpagem.

FONTES DE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Documentos manuscritos

1.2 Museu do Índio, Centro de Documentação Etnológica, Rio de Janeiro:

Ofícios diversos do Inspetor Chefe da Ajudância de São Marcos 1956 . Microfilme 0037.

Relatório da 1a. Inspetoria Regional à Diretoria do SPI, 1914 - 1943. Microfilmes 0032 e 0033.

Ofícios diversos da 1a. Inspetoria Regional 1919 - 1954. Microfilmes 0033 e 0034.

Ofícios diversos da Diretoria do SPI à 1a. Inspetoria Regional 1919 - 1954. Microfilmes 0033 e 0034.

1.3 Primeira Comissão Demarcadora de Limites - Belém, Pará.

BARBOSA, Polydoro Corrêa 1927 Relatório Apresentado ao Snr. Tenente Coronel Chefe do Estado Maior da Inspeção de Fronteiras, pelo Capitão Polydoro Corrêa Barbosa.

DIAS DE AGUIAR, Braz 1947 Anotações para o Dicionário Geográfico da Amazônia - Rio Cotingo (Fronteira Brasil-Guiana Britânica e Brasil-Venezuela). Organizado por Maria Annuciada Chaves.

_____ 1947 Anotações para o Dicionário Geográfico da Amazônia - Rio Maú ou Ireng (Fronteira Brasil-Guiana Britânica). Organizado por Maria Annuciada Chaves.

_____ 1947 Anotações para o Dicionário Geográfico da Amazônia - Rio Surumu (Fronteira Brasil-Venezuela). Organizado por Maria Annuciada Chaves.

FAC, Thales 1927 Relatório Apresentado ao Snr. Tenente Coronel Chefe do Estado Maior pelo 1o. Tenente Thales Facó.

RONDON, Cândido Mariano da Silva 1927 Diário da Inspeção de Fronteiras Realizada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon. Anexos nºs 1-6.

SOUZA, Boanerges Lopes de 1927 Relatório do Serviço Executado na linha fronteiriça do Tacutú e Região da Serra da Lúa apresentado ao Snr. Tenente Coronel Chefe do Estado Maior pelo Major Adjunto Boanerges Lopes de Souza.

1.4 Arquivo do Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro.

Meyer, A. 1928 - 1946 Relatórios de viagens pastorais. seção monacais.

Meyer, A. 1927 - 1947 Diários Pastorais.

Meyer, A. s/d Coletânea de Mitos.

Meyer, A. s/d Notas Históricas sobre a Missão Beneditina do Rio Branco.

D. Alcuyno Meyer ao Archiabade do Mosteiro de São Bento, 1928 - 1946. Correspondência particular.

2. Trabalhos editados

AMAZONAS, L. da Silva Araújo e <(1852)1984> *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus, Grafima.

Anuário do Rio Brasil s/d Tipografia Beneditina de Santa Maria. São Paulo.

ARVELO-JIMENEZ, Nelly 1971 *Political relations in a tribal society: a study of the Ye'cuana Indians of Venezuela*. Cornell University Latin American Program Dissertation Series, 31.

BALDOS, Herbert 1954 *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, vol I. São Paulo.

BASSO, E. (ed.) 1977 "Carib-Speaking Indians: Culture, Society and Language". *Anthropological Papers of the University of Arizona* n.28. Tucson, The University of Arizona Press.

BRETT, W. 1868 *The Indian Tribes of Guiana*. London, Bell & Daldy.

BUTT COLSON, A.J. 1971 "Comparative Studies of the Social Structure of Guiana Indians and the Problem of Acculturation". In: F.M.Salzano e C.C.Thomas (ed.), *The Ongoing Evolution of Latin American Populations*, pp.61-126. Springfield, Illinois.

_____ 1986 "The spatial component in the political structure of the Carib speakers of the Guiana Highlands: Kapon and Pemon". *Antropologica* 59-62,1983-1984:73-124.

_____ 1986 "Conclusion". *Antropologica* 59-62/1983-1984:359-383. Caracas.

BUTT, A.J. 1960 "The Birth of a Religion: the Origins of a Semi-Christian Religion among the Akawaic". *Journal of the Royal Anthropological Institute* 90 (1):66-106.

COUDREAU, Henri. 1887 *La France Equinoxiale: voyage a travers les Guyanes et Amazonie*. Paris, Challamel Ainé .

DINIZ, Edson Soares 1972 *Os Indios Makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

FARABEE, W.C. 1924 "The Central Caribs". *Anthropological Publications* vol.IX. Philadelphia, The University Museum, University of Pennsylvania.

FARAGE, Nádia 1986 *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.

GILLIN, John 1948 "Tribes of Guiana". In: J. Steward (org.), *Handbook of South American Indians*, vol. III, Washington.

GUERRA, Antonio T. 1957 *Estudo geográfico do Território Federal do Rio Branco*. Rio de Janeiro, IBGE.

IM THURN, E. 1883 *Among the Indians of Guiana*. London, Kegan, Paul & Trench.

KOCH-GRUNBERG, T. <(1917)1928> 1979-1982 *Del Roraima al Orinoco*. 3 vols.. Caracas, Ediciones del Banco Central de Venezuela.

MEYER, Alcuyno 1951 "Lendas Macuxis". *Journal de la Société des Américanistes*. Nouvelle Série, t. XL:67-87.

MIGLIAZZA, Ernest C. 1978 *The Integration of the Indigenous Peoples of the Territory of Roraima, Brazil*. Copenhagen, IWGIA .

MVERS, Iris 1944 "The Makushi of British Guiana (a study in culture contact)." *Timehri*, Georgetown, 26:16-38.

_____ 1946 "The Makushi of British Guiana (a study in culture contact)." *Timehri*, Georgetown, 26:16-38.

NABUCO, Joaquim 1941 *O Direito do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed.Nacional/Civilização Brasileira.

NIMUENDAJU, Curt 1981 *Mapa Etno-Histórico*. Rio de Janeiro. IBGE.

OURIQUE, Jacques 1906 *O Valle do Rio Branco*. Manaus, Edição Oficial.

PEREIRA, Luciano 1917 *O Rio Branco - observações de viagem*. Manaus, Impr.Pública.

Question de la frontiere entre la Guyane Britannique et le Bresil. Annexes au Mémoire présenté par le Gouvernement de Sa Majesté Britannique. 1903. Londres, Harrison & Sons.

Question des limites soumise a l'arbitrage de S.M. le Roi d'Italie par le Brésil et la Grande-Bretagne. Second Mémoire, 1903, vols. I a IV, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

RIBEIRO DE SAMPAIO, F.X. (1777) 1872 "Relação geographica-historica do Rio Branco da America Portuguesa". *Rev. Trimestral de História e Geografia*, vol.XIII:200-202. Rio de Janeiro.

RICE, H. (1927)1984 *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo, EDUSP/Livraria Itatiaia Editora.

RIO BRANCO, Barão do 1945 *Questões de Limites-Guiana Britânica*. Imprensa Nacional.

ROTH, W. 1915 "An Inquiry into the Animism and Folklore of the Guiana Indians". 30th Annual Report, Bureau of American Ethnology (1908-1909). Washington, Smithsonian Institution.

_____ 1924 "An Introductory Study of the Arts, Crafts and Customs of the Guiana Indians". 38th Annual Report, Bureau of American Ethnology (1916-1917). Washington, Smithsonian Institution.

_____ 1929 "Additional Studies of the Arts, Crafts and Customs of the Guiana Indians, with special reference to those of Southern British Guiana". *Bulletin* 91. Bureau of American Ethnology. Washington, Smithsonian Institution.

SANTILLI, Paulo 1989 Os Macuxi: história e política no século XX. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.

SCHOMBURGK, R.H. <(1836-1839)1903> "Reports to Royal Geographical Society". In: *Question de La Frontière entre La Guyane Britannique et le Brésil, Annexes au Mémoire Présenté par le Gouvernement de Sa Majesté Britannique*, vols. I, II, III. Londres.

SCHOMBURGK, R. <(1848)1922-23> *Travels in British Guiana*, 2 vols., Georgetown.

SOUZA, Francisco Bernardino 1988 *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. Manaus, Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial.

STRADELLI, Ermano <(1889)1983> "Rio Branco, note di viaggio". *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Março/Abril. Roma.

THOMAS, D.J. 1973 Pemon Demography, Kinship, and Trade. Ph.D., The University of Michigan.

WILLIAMS, James 1932 "Grammar notes and vocabulary of the language of the Macuxi Indians of Guiana". *Anthropos Linguistische Bibliothek*, VIII. St. Gabriel-Mödling bei Wien.

INDICE DE PLANTAS CARTOGRAFICAS

Mapa	1 - A	8
Mapa	2 - A	32
Mapa	2 - B	95
Mapa	3 - A	96

ÍNDICE DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

PÁGINA 33

Imagens referentes ao quesito nº 6 formulado pela União:

I. - As imagens expostas às págs. 34 e 36 são fotos aéreas do "Baixão", local do núcleo do acampamento que concentra o maior número de garimpeiros no vale do rio Quinô. Pode-se observar nestas imagens, e igualmente na foto exposta à pág. 35, referente ao garimpo Suapi, situado nas cabeceiras do rio Quinô, as camadas do solo de aluvião junto às margens do rio foram removidas pelos garimpeiros, ao longo de uma extensão considerável, causando a deesfiguração do curso do rio, o assoreamento de seu leito, a erosão das margens, a destruição das matas ciliares, a esterelização do solo cultivável, a poluição das águas, além de crateras abertas, formação de vossorocas e amontoados de entulho, comprometendo irreversivelmente o aproveitamento e a reprodução do meio-ambiente circundante.

II. - Estampada acima, na pág. 38 vê-se uma foto aérea do médio curso do rio Cotingo, enfocando o ponto de confluência com o rio Quinô, o seu principal afluente à margem direita. Note-se aqui o contraste entre as águas escuras, porém lípidas do alto curso do rio Cotingo, e as águas poluídas do rio Quinô, claramente definidas no trecho em que se encontram/ misturam, às águas do Cotingo. O curso do rio Cotingo, no trecho à jusante da boca do Quinô, também é atingido diretamente pela garimpagem, como pode-se constatar na foto apresentada abaixo, na mesma página; além das águas poluídas por resíduos de petróleo e mercúrio, diversos locais do leito e das margens no baixo vale do Cotingo encontram-se profundamente danificados, sofrendo inclusive avançado processo de assoreamento e erosão.

III. - As fotos apresentadas nas páginas 39 e 42 registram cenas da boca do igarapé Capim, no alto curso do rio Mau (Ireng), um local já bastante explorado pelos garimpeiros em anos anteriores, e que, mesmo depois de abandonado por eles, como se verifica, permanece exaurido e comprometido enquanto fonte de recursos naturais.

P. GINA 51

Imagens referentes ao quesito nº 3 formulado pelo MPF

IV. - As fotos expostas às páginas 52-56 revelam o panorama geral do vale do baixo rio Quinó, onde se verifica que as atividades de garimpo têm sido praticadas com maior intensidade que em outros locais, afetando vastas extensões de terrenos e atingindo diretamente diversas aldeias, com a devida abrangência a quase todos os cursos d'água e as serras que formam o vale deste rio. Os efeitos decorrentes do garimpo no vale do rio Quinó, atingiram proporções alarmantes, desencadeando um processo irreversível de destruição do meio-ambiente, sem precedentes em toda a área Raposa/Serra do Sol, que representa um risco eminente para a sobrevivência dos índios habitantes nas aldeias das imediações.

V. - A foto estampada acima na página 57 enquadra a confluência dos rios Cotingo e Quinó, demonstrando nitidamente que os garimpeiros desenvolvem seus trabalhos, de modo mais concentrado, no vale do rio Quinó (em particular, nas baixadas e nas vertentes das serras), causando poluição com maior intensidade das suas águas, as quais, por sua vez, se juntam às águas do rio Cotingo, afetando assim, todo o médio e baixo curso deste rio. Os garimpeiros, de outro lado, também desenvolvem os seus trabalhos nas áreas banhadas pelo rio Cotingo, concentrando-se, porém, de modo particular, no trecho do curso desse rio localizado à jusante da boca do Quinó, onde se dedicam, sobretudo, à prática do garimpo de "balsa", explorando prioritariamente o cascalho depositado no próprio leito do rio, como se vê na foto apresentada abaixo, na mesma página.

VI. - Nas imagens reproduzidas nas páginas 58-60, observa-se algumas vistas panorâmicas do médio e alto curso do rio Mau (Ireng), que delimita a fronteira internacional Brasil/Guiana, onde se constata a extensão das atividades de garimpagem até o extremo leste da área em questão, inclusive a existência de vários pontos de garimpagem em que se promove a destruição das matas ciliares, como, por exemplo ocorre nas proximidades do Uiramutã e Maturuca (registrada nas fotos estampadas na página 58), e também das próprias margens do rio, com a remoção das camadas superficiais do solo (em evidência nas imagens reproduzidas às páginas 59-60), fora de qualquer controle ou regulamentação por parte das autoridades competentes.

P_GINA 70

Imagens referentes ao quesito nº 6 formulado pelo MPF

VII. - A sequência de fotos exposta nas páginas 71, 72 e 73 registra o engajamento das famílias indígenas no garimpo, ou, mais exatamente, a tentativa dos índios de vasculhar os destroços do material já explorado pelos garimpeiros, em busca de algum resto de ouro ou diamante, eventualmente remanescente, para garantir o sustento familiar, em detrimento das práticas de agricultura, caça, pesca, enfim, das atividades tradicionais auto-sustentáveis, comprometidas com a presença de garimpeiros nos vales dos rios Quinô e Cotingo.

VIII. - As imagens reproduzidas nas páginas 74 e 75 mostram, respectivamente, a índia Natália da aldeia Macuxi do Caju e seu filho recém-nascido, vitimados pela malária, compondo um panorama de genocídio com que se defrontam atualmente os índios no vale do baixo rio Quinô, forçados ao convívio diário com um contingente nativo de garimpeiros; e, na cena seguinte, o garimpeiro morto em disputa com os colegas no "Baixão", sepultado clandestinamente, ou no anonimato, ou, ainda, muito provavelmente, figurando nas falsas estatísticas sobre moléstias com que se procura escamotear a violência imperante no local, e fugir assim às responsabilidades perante os representantes do Estado.

IX. - As fotos estampadas nas páginas 76, 77 e 78, retratando cenas cotidianas vivenciadas pelos índios nas áreas dos rios Quinô e Mau, exibem as situações decorrentes, com maior evidência, da atuação dos garimpeiros na região.

P_GINA 97

Imagens referentes ao quesito nº 8 formulado pelo MPF

X. - A garimpagem de "balsa" é praticada predominantemente nos rios Mau (Ireng) e Cotingo, como mostra a foto estampada na pág. 98, produzida no médio curso do rio Cotingo.

XI. - A garimpagem de "baixa" (nos terrenos de aluvião) e a garimpagem em solos secos (empreendida nas vertentes das serras), embora utilizadas também nos vales dos rios Cotingo e Mau (Ireng), são mais difundidas no vale do rio Quinô, onde se verifica o emprego generalizado dos maquinários, equipamentos e técnicas observados nas fotos apresentadas nas págs. 99 a 104.

XII. - O garimpo manual é praticado usualmente em conjugação com o garimpo mecanizado, aproveitando-se o material removido do solo com o auxílio dos motores, e procedendo-se a uma segunda, ou terceira, ou ainda enésima triagem da areia e do cascalho expelidos pelas mangueiras das "resumidoras" e amontoados pelos locais de garimpo, como mostra a imagem reproduzida à pág. 105.

P_GINA 119

Imagens referentes ao quesito nº 9 formulado pelo MPF

XIII - As principais instalações materiais operantes para a articulação das atividades de garimpo e correlatas, embora acessíveis por terra, estão invariavelmente dispostas junto a uma pista de aviação, conforme se observa nas fotos apresentadas nas páginas subsequentes, respectivamente, do garimpo do Suapi (pág.120), do garimpo do "Baixão" (págs.121,122), situados no vale do rio Quinô; do garimpo _gua Fria (pág.123), do garimpo do Socó (pág.124), localizados no vale do rio Cotingo; do Uiramutã (pág.125) e do garimpo do Mutum (págs.128,129,130), situados no vale do rio Mau (Ireng).

ÍNDICE DE ANEXOS DOCUMENTAIS AO LAUDO PERICIAL

ANEXO 1:

Documentos publicados pelos órgãos de imprensa da cidade de Boa Vista, referentes a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros retirados da área Yanomami, no período de 1990 a 1991.

Matéria publicada pelo Jornal de Roraima, na edição de 27 de fevereiro de 1991, na qual o administrador regional da Funai, sr. Glênio da Costa Alves, denuncia a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros expulsos da área Yanomami e solicita providências à Polícia Federal.

Reportagem publicada pelo "O Jornal", na edição de 2 à 9 de março de 1991, noticiando a invasão da área Raposa/Serra do Sol, por garimpeiros da área Yanomami.

Entrevista publicada pelo "O Estado de Roraima", na edição de 7 de maio de 1991, em que doze tuxauas Macuxi, denunciam a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros retirados da área Yanomami e requerem a intervenção da Funai e da Polícia Federal.

ANEXO 2:

Laudo do teste experimental para determinar a presença de mercúrio em amostras de água, sedimentos e peixe coletadas na área Raposa/Serra do Sol, elaborado por técnico do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, em 10 de abril de 1992.

ANEXO 3:

Documentos publicados pelos órgãos de imprensa na cidade de Boa Vista, registrando a ocorrência de conflitos entre garimpeiros, envolvendo a posse/contrôle/domínio da produção resultante das atividades de garimpagem na área Raposa/erra do Sol.

- *Policia captura assassinos de garimpeiro morto em Normandia*
- "O Diário de Roraima" de 27/2/92.

- *Garimpeiros e indios se enfrentam na Raposa-Serra do Sol: 2 feridos* - "A Folha de Boa Vista" de 24/11/92.

- *Garimpeiro foi assassinado em briga por terra / Briga por terra provoca morte de garimpeiro em Normandia* - "A Folha de Boa Vista" de 15/12/92.

- *Garimpeiro mata colega a tiros / Disputa de terra leva garimpeiro a matar colega a tiros de revólver* - "O Diário de Roraima" de 15/12/92.

Anexo 4.

Documentos constantes em arquivos da cidade de Boa Vista, registrando a presença de garimpeiros na área Raposa/Serra do Sol, e as consequências de tal presença para as comunidades indígenas habitantes na área em questão.

4.1. Documentos coletados junto a arquivos dos órgãos de imprensa

Reportagem publicada pelo jornal "A Gazeta de Roraima", na edição de 8 a 14 de maio de 1992, informa sobre casos de violências físicas praticadas por garimpeiros contra índios, assim como sobre os danos causados por garimpeiros às comunidades indígenas e ao meio-ambiente na região do alto rio Mau (Ireng).

Notícia publicada pelo periódico "Diário de Roraima", na edição de 26 de maio de 1992, registra a ocorrência de conflitos armados entre garimpeiros na disputa de áreas de mineração junto à aldeias indígenas na região do alto rio Mau (Ireng).

Matéria publicada pelo "Diário de Roraima", na edição de 18 de julho de 1992, informa sobre a contaminação das águas de rios e igarapés por mercúrio, decorrente das atividades de garimpagem na área Raposa/Serra do Sol.

Reportagem publicada pelo "Diário de Roraima", na edição de 30 de julho de 1992, menciona a expulsão de índios das aldeias na região dos rios Quinô, Cotingo e Mau (Ireng), em decorrência da invasão de garimpeiros nestas áreas.

Notícia veiculada pelo periódico "O Estado de Roraima", na edição de 23 de agosto de 1992, atesta a introdução de bebidas alcoólicas entre os índios que habitam as proximidades das áreas invadidas por garimpeiros no alto rio Mau (Ireng).

Notícia publicada pelo jornal "Folha de Boa Vista", na edição de 30 de setembro de 1992, informa sobre o clima de tensão vivido pelas comunidades indígenas na região do alto rio Mau (Ireng) em decorrência do recrudescimento da invasão de garimpeiros na área.

Entrevistas publicadas pelo "Diário de Roraima", nas edições de 10 e 27 de outubro de 1992, reafirmam a incompatibilidade de convivência entre índios e garimpeiros na mesma região.

Declaração divulgada pelo "Diário de Roraima", na edição de 15 de janeiro de 1993, atesta a poluição das águas dos rios na área Raposa/Serra do Sol motivada pelas atividades de garimpeiros causando a deterioração das condições de saúde da população indígena.

Relatório publicado pelo "Diário de Roraima", na edição de 15 de fevereiro de 1993, registra a ocorrência de casos de violência física praticados por garimpeiros contra índios na área Reposa/Serra do Sol.

Artigo publicado pela "Folha de Boa Vista", na edição de 4 de março de 1993, demonstra o caráter predatório e violento da invasão de garimpeiros em área indígena.

Reportagem publicada pelo "Diário de Roraima", na edição de 4 de março de 1993, chama a atenção do público para o alto índice de incidência de malária entre os garimpeiros recém-chegados a Boa Vista, provenientes de áreas indígenas.

Artigos publicados pela "Folha de Boa Vista", nas edições de 1 e 7 de julho de 1993, alertam para o caráter predatório do garimpo, conforme o modo como vem sendo praticado na região amazônica.

Denúncias veiculadas pela "Folha de Boa Vista" informam a ocorrência de casos de violência praticados contra índios e a introdução de bebidas alcoólicas em área indígena devido a invasão de garimpeiros.

Denúncia publicada pelo "O Estado de Roraima", na edição de 27 de julho de 1993, menciona índio ameaçado de morte por garimpeiro.

4.2. Documentos coletados junto aos arquivos da Funai:

Depoimento do índio Macuxi Luzimildo Padrinho, da aldeia Caraparu I, narrando a viagem de índios por horas consecutivas em busca de cachaça nos garimpos; o assassinato do índio Claudemilson pelo garimpeiro Xibiu ocorrido em 1989; a propagação de doenças; a poluição dos rios e a exploração de gêneros munufaturados por marreteiros. (5/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Severino Oliveira Brasil, da aldeia Caju, narrando os prejuízos à agricultura; o alastramento de doenças, em particular a malária; a depredação do meio ambiente; a expulsão de índios; o alcoolismo na aldeia; e a intimidação e as ameaças de violência qualificadas, decorrentes da presença de garimpeiros na área. (05/07/93)

Relatório dos moradores da aldeia Maturuca denunciando violências praticadas por garimpeiros contra os mesmos. (24/06/93)

Depoimento da índia Macuxi, Luiza Maria Pereira da Silva, da aldeia Uiramutã, narrando assassinatos de índios, espancamento do tuxaua Orlando e ameaças de morte praticadas por garimpeiros. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi João Ferreira da Silva, da aldeia Maturuca, narrando a venda indiscriminada de cachaça na aldeia, ameaças de morte sofridas pelos índios e roubo de rezes da comunidade praticado por garimpeiros. (05/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Matias de Lima, da aldeia Maturuca, narrando a invasão de garimpeiros nas proximidades da aldeia ocorrida em agosto de 1992, a expulsão de índios da aldeia, roubo dos bens da comunidade e ameaças de morte praticadas por garimpeiros. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Alcides de Souza Simão, da aldeia Maturuca, relatando o consumo descontrolado de bebidas alcoólicas na aldeia e a ocorrência de brigas entre os índios. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Ivaldo André, da aldeia Maturuca, relatando a ameaça de assassinato realizada por garimpeiros contra ele. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Edinaldo Pereira André, da aldeia Maturuca, relatando a expulsão de índios da aldeia e ameaça de mortes praticadas por garimpeiros. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Inácio Brito, da aldeia Maturuca, narrando a invasão de garimpeiros, provenientes da área Yanomami, ocorrida na região do Alto Rio Mau, ocorrida no ano de 1992; o atentado a tiros sofrido pelo mesmo e casos de alcoolismo, mortes, doenças decorrentes da presença de garimpeiros na área. (05/07/93)

Abaixo assinado dos moradores da aldeia Uiramutã denunciando violências praticadas por garimpeiros e solicitando a imediata retirada destes ao presidente da Funai. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi Orlando Pereira, narrando casos informando a propagação da malária, a venda de bebidas alcoólicas, violências físicas cometidas contra os índios, a destruição do patrimônio da comunidade indígena e o impedimento do acesso às áreas de cultivo dos habitantes do Uiramutã e casos vários de agressão e ameaças de morte qualificados, sofridos pelo depoente. (05/07/93)

Depoimento da índia Macuxi Lidiane Pereira da Silva, da aldeia Uiramutã, relatando tentativa de estupro sofrida por ela em 1990. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, Valmir Souza da Silva, da aldeia Uiramutã, relatando casos de agressões, alcoolismo e ameaças de morte praticados por garimpeiros. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, Silvino Hilário Pereira, da aldeia Uiramutã, relatando a poluição das águas e casos de agressões e alcoolismo praticados por garimpeiros. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, Francisco Pereira, da aldeia Uiramutã, narrando casos de agressão praticado por garimpeiro. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, Adenaldo Pereira da Silva, da aldeia Uiramutã, relatando impedimento de ocupação da área de cultivo e agressões físicas contra os índios, decorrentes da presença de garimpeiros nas proximidades da aldeia. (07/07/93)

Abaixo assinado dos moradores da aldeia Willimon, denunciando casos qualificados de assassinatos e violências praticados por garimpeiros contra índios, além da ocorrência de ameaças, alcoolismo, doenças, e prostituição, solicitando providências ao presidente da Funai. (06/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, João Batista, da aldeia Uiramutã, relatando casos de agressão, roubo e ameaças qualificadas sofridas pelos índios. (07/07/93)

Depoimento do índio Macuxi, Carlos Quintino da Silva, da aldeia Caracaná, relatando casos de alcoolismo, agressões e ameaças sofridos pelos índios, em decorrência da presença de garimpeiros na região. (07/07/93)

4.3. Documentos coletados junto aos arquivos do Conselho Indígena de Roraima:

Carta do tuxaua Vitoriano da aldeia Caracanã, denunciando violências praticadas por garimpeiros e pedindo providências. (17/09/88)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Wellimon, denunciando a invasão da área por garimpeiros, o assassinato de índios, a proliferação de doenças, a poluição das águas dos rios e pedindo providências ao sr. Delegado Regional da Funai. (02/10/88)

Carta do tuxaua Vitoriano da aldeia Caracanã, protestando contra a abertura de estrada por garimpeiros na área indígena. (28/10/88)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Monte Morião, protestando contra a abertura de estrada por garimpeiros em área indígena. (29/10/88)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Enseada pedindo providências contra a invasão de garimpeiros na área indígena. (12/11/88)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Caraparú II pedindo providências contra a invasão de garimpeiros em área indígena. (23/11/88)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Camararém denunciando a abertura de estrada por garimpeiros em área indígena, ao sr. Administrador Regional da Funai. (23/04/89)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Maloquinha protestando contra a invasão de garimpeiros na área indígena. (30/07/89)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca denunciando a invasão de garimpeiros em área indígena e pedindo a retirada imediata dos vendedores de bebidas alcoólicas ao Administrador Regional da Funai. (16/10/89)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Mudubim denunciando violências praticadas por garimpeiros contra índios, e pedindo a retirada dos invasores da área indígena ao Conselho Indígena de Roraima. (17/11/89)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Caraparú I denunciando casos de alcoolismo, mortes, poluição das águas por mercúrio, gasolina e óleo diesel, em decorrência da presença de garimpeiros na área indígena e pedindo providências para a sua retirada. (26/11/89)

Ofícios do Conselho Indígena de Roraima à Administração Regional da Funai em Boa Vista, encaminhando cartas das comunidades Lilás, Maturuca, Caraparú I e Mudubim, narrando os efeitos funestos da invasão de garimpeiros em área indígena e pedindo a sua retirada. (29/11/89 - 30/11/89 - 20/12/89)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Canauapai pedindo a retirada dos invasores garimpeiros da área indígena (25/01/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Wellimon pedindo a retirada dos invasores garimpeiros da área indígena (25/01/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Uiramutã denunciando a proliferação de doenças entre os índios, a poluição das águas dos rios em decorrência das atividades de garimpagem e pedindo a retirada dos invasores da área indígena ao sr. Ministro da Justiça. (27/01/90)

Carta do tuxaua Orlando da aldeia Uiramutã denunciando a recente invasão da área indígena por garimpeiros e pedindo providências para a sua retirada ao Conselho Indígena de Roraima. (03/03/90)

Carta dos tuxauas das aldeias Canã, Caracanã, Manailai, Monte Moriá, Serra do Sol, Uiramutã e Wellimon denunciando a recente instalação de balsas de garimpo no rio Mau (Ireng) e pedindo a sua remoção ao Conselho Indígena de Roraima. (07/03/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Waromadá denunciando a invasão da área indígena por garimpeiros e a decorrente proliferação de doenças, poluição das águas dos rios, violências físicas contra índios, indução ao alcoolismo, morte de animais de criação, surgimento de prostituição e pedindo a retirada dos invasores ao sr. Presidente da Funai. (05/05/90)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Wellimon denunciando a instalação de garimpeiros em área indígena, a abertura de estrada realizada pelos mesmos, casos de violências físicas praticados contra índios, e pedindo a sua retirada ao Conselho Indígena de Roraima e ao sr. Administrador Regional da Funai. (15/05/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maloquinha denunciando a invasão de garimpeiros no rio Quinô, a poluição das águas utilizadas pelos índios, a proliferação de doenças e pedindo a retirada dos invasores aos srs. Ministro da Justiça e Presidente da Funai. (17/06/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Caraparú I denunciando os efeitos nefastos da presença de garimpeiros em área indígena e pedindo providências contra tal estado de coisas ao sr. Administrador Regional da Funai. (02/07/90)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Saraó denunciando a invasão de garimpeiros em área indígena e pedindo providências contra tal fato ao sr. Administrador Regional da Funai. (06/07/90)

Carta de moradores da aldeia Maturuca informando do contágio de doenças entre os índios, decorrente da presença de garimpeiros em áreas próximas à aldeia e pedindo a prestação de assistência médica ao sr. Administrador Regional da Funai. (17/07/90)

Carta de moradores da aldeia Maloquinha narrando casos de violências físicas cometidas contra índios, assassinato de um morador da aldeia, escassez de alimentos e poluição das águas do rio Quinô, decorrentes da presença de garimpeiros na área, endereçada ao sr. Administrador Regional da Funai. (23/07/90)

Carta de moradores da aldeia Maturuca informando sobre o alastramento de epidemia de malária entre os índios, a ocorrência de vítimas fatais, e solicitando socorro urgente à SUCAM - órgão da Fundação Nacional de Saúde encarregado do combate à malária. (28/07/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maloquinha denunciando a invasão de garimpeiros em áreas próximas à aldeia, especificando nomes de locais e indivíduos, e pedindo providências diante da grave situação ao Conselho Indígena de Roraima. (09/09/90)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Canauapai denunciando a invasão de garimpeiros em áreas próximas ao rio Mau (Ireng), qualificando locais e agentes responsáveis, e pedindo providências diante de tal situação ao Conselho Indígena de Roraima. (22/11/90)

Abaixo-assinado dos residentes à aldeia Caraparú II, denunciando casos de violências físicas praticadas por garimpeiros contra índios, inclusive o assassinato de uma mulher, e pedindo a retirada dos invasores da área ao sr. Administrador Regional da Funai. (15/01/91)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Enseada denunciando casos de violências físicas praticadas por garimpeiros contra índios e pedindo a retirada dos invasores ao sr. Presidente da República e ao Conselho Indígena de Roraima. (07/04/91)

Abaixo-assinado dos tuxauas das aldeias Macuxi e Ingaricó na região das serras, denunciando a invasão de garimpeiros nos rios Cotíngo, Quinô e Mau (Ireng), a decorrente poluição das suas águas, destruição do meio-ambiente e morte de animais, pedindo providências aos srs. Administrador Regional da Funai e Delegado da Polícia Federal em Roraima. (30/04/91)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Uiramutã, denunciando o impedimento de acesso às suas áreas de cultivo por parte de garimpeiros, pedindo a retirada dos mesmos. (29/10/91)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca, denunciando a invasão de garimpeiros na região e a destruição das matas utilizadas por 29 comunidades indígenas para cultivo, caça e coleta, e pedindo providências diante de tal situação ao Conselho Indígena de Roraima e ao sr. Administrador Regional da Funai. (02/11/91)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca relatando casos de violência física ocorridos entre índios e garimpeiros e pedindo a retirada de vendedores de bebidas alcoólicas da região para evitar a ocorrência de novos conflitos. (12/11/91)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca denunciando a invasão de garimpeiros na área indígena e pedindo providências contra a construção de pistas clandestinas para pouso e decolagem de aeronaves de apoio às atividades de garimpagem ao sr. Administrador Regional da Funai. (09/02/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca informando a invasão de garimpeiros nas áreas próximas à aldeia, violências praticadas contra índios, venda de bebidas alcoólicas, contaminação das águas dos rios e igarapés, destruição dos locais próprios para cultivo, prostituição e derrubada indiscriminada de madeira, e solicitando providências cabíveis ao sr. Administrador Regional da Funai e à Polícia Federal. (23/02/92)

Abaixo-assinado dos moradores e tuxauas das aldeias Bananal, Maloquinha e Pedra Preta, solicitando à Polícia Federal a imediata retirada de mais de 1.000 garimpeiros dos rios Quinô e Cotingo, que têm causado doenças, violência e destruição da natureza. Pede ainda a observância das normas da Funai, DNPM e IBAMA referentes às atividades de garimpo. (18/03/92)

Carta do tuxaua Severino da aldeia Caju, informando ao Conselho Indígena de Roraima, os resultados dos exames laboratoriais confirmando a contaminação por mercúrio em amostras de água, lama e peixes dos rios Quinô, Mau (Ireng) e do igarapé do Uiramutã. (23/03/92).

Abaixo-assinado de lideranças indígenas reunidas na aldeia Maturuca, denunciando qualificadamente a extensão da invasão de garimpeiros no alto rio Mau (Ireng) e diversos episódios de violências praticadas contra os índios, pedindo providências ao sr. Presidente da Funai e à Polícia Federal. (31/03/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca, relatando, com insistência, as graves consequências da invasão de garimpeiros na área, solicitando providências para o cumprimento da lei aos srs. Delegado da Polícia Federal e Administrador Regional da Funai. (13/04/92)

Abaixo-assinado de moradores da aldeia Caju repudiando a presença de garimpeiros na área indígena. (04/06/92)

Abaixo-assinado dos tuxauas das aldeias Caju, Bananal, Maloquinha e Pedra Preta, reinterando os efeitos funestos da presença de garimpeiros no vale do rio Quinô e pedindo a sua imediata retirada e o encerramento da garimpagem mecanizada. (04/06/92)

Carta dos tuxauas Severino da aldeia Caju e Luciano da aldeia Pedra Preta, pedindo a imediata retirada dos garimpeiros da área indígena ao Conselho Indígena de Roraima. (23/03/92)

Carta das lideranças indígenas da área denunciando a grande aglomeração de garimpeiros nos rios Cotingo e Quinô. (04/06/92)

Documento subscrito pela comunidade do Piolho e pelos tuxauas Avelino da aldeia Bananal e Ovílido da aldeia Maloquinha, denunciando a destruição dos solos nas áreas de caça, de pesca e de plantio vitais para os índios, nominando os principais invasores das respectivas áreas, e pedindo a retirada dos mesmos ao Conselho Indígena de Roraima. (24/06/92)

Carta de moradores da aldeia Waromadá comunicando a instalação de 20 maquinários de garimpo, nas imediações da aldeia, e solicitando a sua retirada ao sr. Presidente da Funai. (26/06/92)

Carta de moradores da aldeia Camararém informando as consequências nefastas da atuação de garimpeiros para os habitantes indígenas da área e pedindo a retirada imediata dos invasores. (04/07/92)

Documento subscrito por moradores da aldeia Lilás informando a presença, e a localização detalhada, de garimpeiros nos rios Cotingo e Laimã, assim como, o contágio de doenças por eles trazidas, e pedindo sua retirada ao Conselho Indígena de Roraima. (04/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Wellimon pedindo a retirada urgente dos garimpeiros das imediações ao sr. Presidente da Funai. (05/07/92)

Abaixo-assinado de moradores da aldeia Socó relatando casos de violência física contra os índios praticados por garimpeiros e pedindo a retirada destes últimos ao Conselho Indígena de Roraima. (08/07/92)

Documento elaborado pelos habitantes das aldeias Caraparú I, Caraparú II, Mudubim e Waromadá mencionando a venda de gado criado pelos índios aos garimpeiros atuantes na região, pedindo a imediata retirada dos mesmos ao sr. Presidente da Funai. (11/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Central denunciando minuciosamente a instalação de garimpeiros na área de posse tradicional indígena, como também, as consequências fatais de tal invasão para os índios e pedindo a retirada de tais ocupantes ao sr. Ministro da Justiça. (11/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maturuca informando detalhadamente os locais invadidos por garimpeiros nas proximidades das margens do alto rio Mau, pedindo a sua imediata retirada aos srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Administrador Regional da Funai. (11/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Maloquinha informando a localização precisa dos garimpeiros que invadiram os igarapés afluentes do rio Quinô, relatando os efeitos deletérios de sua presença para os índios habitantes da região, e pedindo a sua retirada o mais breve possível ao Conselho Indígena de Roraima. (11/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Piolho informado a presença de invasores garimpeiros junto às margens do rio Quinô e do igarapé Suapi, denunciando seus efeitos letais para os índios residentes na região e pedindo a retirada dos mesmos ao sr. Administrador Regional da Funai. (12/07/92)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Pedra Branca, relatando a deterioração das águas e das margens dos rios Mau (Ireng), Cotingo e Quinô, denunciando o risco eminente para a sobrevivência dos índios, que representa a presença de garimpeiros na área, e pedindo a retirada destes invasores ao sr. Presidente da Funai. (13/07/92)

Carta de moradores da aldeia Tabatinga relatando a invasão de áreas de ocupação indígena por garimpeiros e solicitando a retirada urgente dos mesmos ao Conselho Indígena de Roraima. (15/07/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Barreirinha informando da poluição das águas do rio Cotingo por azougue e óleo, do extermínio alarmante de peixes, e das doenças contraídas pelos índios em decorrência da presença de garimpeiros nas imediações da aldeia, e pedindo a retirada de tais invasores ao Conselho Indígena de Roraima. (15/07/92)

Ofício do Conselho Indígena de Roraima dando encaminhamento às denúncias procedentes de 26 comunidades indígenas, referentes a invasão de garimpeiros, ressaltando a abrangência das áreas afetadas diretamente, a poluição das águas nas proximidades, as doenças provocadas por ingestão de peixes contaminados nos habitantes das adjacências, a mortandade dos animais de criação dos índios, e pedindo providências com urgência ao sr. Administrador Regional da Funai. (16/07/92)

Nota do Conselho Indígena de Roraima aos órgãos de imprensa relatando as denúncias recebidas das comunidades indígenas gravemente afetadas pela presença de garimpeiros. (16/07/92)

Ofício do Conselho Indígena de Roraima relatando a dramática situação de saúde vivenciada por 14 comunidades indígenas mais afetadas pela atuação de garimpeiros, solicitando providências urgentes ao sr. Diretor Regional da Fundação Nacional de Saúde. (17/07/92)

Ofício do Conselho Indígena de Roraima informando a gravidade da situação enfrentada pelos índios em decorrência da invasão de 2.500 garimpeiros na área Raposa/Serra do Sol, e da iniciativa dos índios da comunidade de Maturuca de interditar a estrada utilizada pelos garimpeiros que atravessa a aldeia, pedindo a interveção do órgão indigenista oficial nos referidos casos ao sr. Administrador Regional da Funai. (18/08/92)

Documento firmado pelos habitantes da aldeia Maturuca denunciando a invasão de garimpeiros na área, seus efeitos deletérios para a população indígena, e pedindo a retirada dos invasores aos srs. Ministro da Justiça, Procurador Geral da República e Administrador Regional da Funai. (08/09/92)

Carta de moradores da aldeia Wellimon relatando violências contra os índios e destruição do meio-ambiente causados por garimpeiros na área do rio Uailán, pedindo a retirada dos mesmos aos srs. Ministro da Justiça e Presidente da Funai. (11/09/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Enseada informando o cerceamento do acesso às áreas de exploração econômica - caça, pesca e coleta - e pedindo a retirada dos garimpeiros da região ao sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Funai. (21/09/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Enseada informando o cerceamento do acesso às áreas de exploração econômica - caça, pesca e coleta - e pedindo a retirada dos garimpeiros da região ao sr. Presidente da Funai. (28/09/92)

Ofício do Conselho Indígena de Roraima informando sobre o fornecimento de cachaça aos índios e pedindo a retirada dos garimpeiros da região do alto rio Mau (Ireng). (15/10/92)

Documento firmado pelos tuxauas das aldeias Caju, Piolho, Bananal e Pedra Preta relatando o quadro calamitoso de saúde vivido pelas respectivas comunidades, decorrente das atividades de garimpo praticadas junto aos rios Quinô e Cotingo. (24/10/92)

Ofício do Conselho Indígena de Roraima encaminhando as denúncias supra citadas ao sr. Administrador Regional da Funai. (29/10/92)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Pipi comunicando a invasão de garimpeiros na região do alto rio Cotingo, expondo que tal fato representa um sério risco de vida para os índios e pedindo a retirada dos garimpeiros da área. (01/11/92)

Abaixo-assinado dos habitantes da aldeia Maturuca relatando o desfecho da operação de interdição da estrada utilizada pelos garimpeiros que leva ao alto rio Mau (Ireng) e o incidente no qual um garimpeiro feriu um índio à bala, pedindo que sejam acionadas as devidas providências aos srs. Ministro da Justiça, Procurador Geral da República e Administrador Regional da Funai. (24/11/92)

Carta do tuxaua Severino da aldeia Caju relatando a exploração de trabalho indígena por garimpeiros e pedindo providências ao Conselho Indígena de Roraima. (16/01/93)

Carta do tuxaua Severino da aldeia Caju, relatando casos de violência física praticados por garimpeiros contra os índios, e pedindo a retirada dos garimpeiros invasores da área ao Conselho Indígena de Roraima. (25/01/93)

Abaixo-assinado dos tuxauas das aldeias Piolho, Maloquinha, Cumaipá, Pedra Preta, Bananal, Caju, Waromadá e Caraparú II, denunciando a devastação das áreas junto aos rios Cotingo e Quinô, a ocorrência de casos de agressão contra os índios que vivem nas aldeias desta região, e pedindo a retirada dos garimpeiros das respectivas áreas ao Conselho Indígena de Roraima. (10/02/93)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Waromadá denunciando a invasão de garimpeiros na região e pedindo a sua retirada. (17/04/93)

Carta do tuxaua Orlando, da aldeia Uiramutã, relatando casos de agressão e assassinato cometidos contra os índios e pedindo a retirada dos garimpeiros da área ao sr. Administrador Regional da Funai. (24/06/93)

Carta da índia Macuxi Maria Pereira da Silva informando ao tuxaua Orlando da aldeia Uiramutã que toda sua família encontra-se ameaçada de morte pelos garimpeiros instalados na região. (06/07/93)

Abaixo-assinado de moradores da aldeia Uiramutã denunciando a invasão da área de ocupação indígena por garimpeiros, registrando as graves consequências de tal invasão para a vida dos índios e pedindo a retirada dos invasores ao sr. Administrador Regional da Funai. (27/07/93)

Carta do tuxaua da aldeia Caracanã informando a invasão de garimpeiros no vale do rio Uailán e pedindo providências ao Conselho Indígena de Roraima. (15/08/93)

Abaixo-assinado dos moradores da aldeia Wellimon notificando a invasão de garimpeiros no vale do rio Uailán, relatando casos de violências físicas cometidas contra os índios e pedindo providências ao Conselho Indígena de Roraima e ao sr. Administrador Regional da Funai. (16/08/93)

1 - As especificidades étnicas, a distribuição geográfica e a história do contato de cada povo com os colonizadores de origem européia, são temáticas tratadas de modo exaustivo nos trabalhos:

Butt Colson, A. 1986 - "The spatial component in the political structure of the Carib speakers of the Guiana Highlands: Kapon and Pemón". *Antropologica* 59-62, 1983-1984:73-124.

Farage, N. 1986 - "As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização." Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.

1 - Nos relatos de viagens pastorais realizadas pelo monge beneditino Dom Alcuino Meyer (1928 - 1946), que trabalhou na evangelização dos índios Macuxi, no vale do rio Branco, durante as primeiras décadas deste século, constam registros, razoavelmente detalhados, sobre o início das atividades de garimpagem na região. Tais relatos fazem parte de um acervo mais vasto de documentos manuscritos de autoria do mesmo monge, arquivados no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro - seção monacais.

1 - Vide nos textos reunidos no anexo nº 1 (divulgados pela imprensa) a íntegra dos seguintes documentos:

- Matéria publicada pelo Jornal de Roraima, na edição de 27 de fevereiro de 1991, na qual o administrador regional da Funai, sr. Glênio da Costa Alves, denuncia a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros expulsos da área Yanomami e solicita providências à Polícia Federal.

- Reportagem publicada pelo "O Jornal", na edição de 2 à 9 de março de 1991, noticiando a invasão da área Raposa/Serra do Sol, por garimpeiros da área Yanomami.

- Entrevista publicada por "O Estado de Roraima", na edição de 7 de maio de 1991, em que doze tuxauas Macuxi, denunciam a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros retirados da área Yanomami e requerem a intervenção da Funai e da Polícia Federal.

1 - Os dados disponíveis sobre a situação de saúde na área Raposa/Serra do Sol são bastante raros e fragmentários, dada a inexistência de qualquer atuação sistemática dos órgãos de saúde públicos e privados na região. Os poucos registros existentes sobre a ocorrência e o atendimento de casos de doenças na área foram levantados durante a pesquisa realizada para a presente peritagem junto aos arquivos da Fundação Nacional de Saúde, na cidade de Boa Vista.

1 - Por arranjo de *siblings* entende-se grupos de irmãos co-residentes, casados entre si.

1 - Para maiores detalhes, remeto o leitor às fontes da literatura etnográfica específica para a região, relacionadas na bibliografia que acompanha o laudo da peritagem.

1 - Vide os dados coletados junto aos arquivos da Fundação Nacional de Saúde, na cidade de Boa Vista, atestando o alastramento inusitado dos casos de malária e leishmaniose na área Raposa/Serra do Sol, a partir do ano de 1990, constantes da resposta ao quesito nº 6 (págs. 28/29), formulado pela União Federal.

1 - Vide nos textos reunidos no anexo nº 1, a íntegra dos seguintes documentos:

- Matéria publicada pelo Jornal de Roraima, na edição de 27 de fevereiro de 1991, na qual o administrador regional da Funai, sr. Glênio da Costa Alves, denuncia a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros expulsos da área Yanomami e solicita providências à Polícia Federal.

- Reportagem publicada pelo "O Jornal", na edição de 2 à 9 de março de 1991, noticiando a invasão da área Raposa/Serra do Sol, por garimpeiros da área Yanomami.

- Entrevista publicada por "O Estado de Roraima", na edição de 7 de maio de 1991, em que doze tuxauas Macuxi, denunciam a invasão da área Raposa/Serra do Sol por garimpeiros retirados da área Yanomami e requerem a intervenção da Funai e da Polícia Federal.

1 - O início das atividades de garimpo na área aqui enfocada, encontra-se registrado pormenorizadamente nas crônicas de viagens escritas durante as primeiras décadas deste século pelo monge beneditino D. Alcuino Meyer:

No Socó mora o velho mineiro Severino Pereira da Silva, casado pela segunda vez com índia Macuxi e pai de numerosa família. Este Parahybano está no Rio Branco há mais de 30 anos. Foi ele que iniciou o trabalho de mineração de ouro e diamantes no alto Rio Branco. Em 1928 encontrei-o no igarapé do Eremitau, um dia de viagem daqui (igarapé do Caranguejo) para o N. Estava então amasiado com uma macuxi e casou-se. Em 1936 foi até o Rio por avião, levando muitos kilos de ouro e não sei quantos diamantes fazendo com que muitos nordestinos e gente do Pará e de Manaus etc. viessem tentar fortuna nos garimpos do Alto Cotingo. Ele afirmou-me que calcula em cerca de 700 pessoas os que presentemente trabalham em ouro etc. no Cotingo e Aninô. Houve época em que um garimpeiro achava nos melhores lugares centenas de gramas de ouro por dia. Ultimamente tiram pouco resultado mas em geral ainda compensador. Não falta entretanto quem tenha tido prejuízo. Além dos civilizados também muitos índios exploram ouro e diamantes, ou como empregados dos brancos ganhando (se é que recebem) 150% por mez além de comida e pequenas regalias, outros por própria conta. (D. Alcuino Meyer ao Arquiabade do Mosteiro de São Bento, 10-01-1940).

1 - Vide no anexo nº 2 o laudo do teste experimental elaborado por técnico do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, para determinar a presença de mercúrio em amostras de água, sedimentos e peixe coletadas na área Raposa/Serra do Sol, em 10 de abril de 1992.

1 - As camadas de solo - areia e cascalho - escavadas em terrenos secos, via de regra, na encosta das serras, são embaladas em sacos (feitos geralmente de cordoaria ou sisal, com capacidade-padrão para 60 kg., adquiridos comumente no comércio de Boa Vista) e transportados apoiados sobre as costas dos indivíduos até o ponto onde é feito o seu processamento, isto é, até o local onde se encontra instalada a máquina resumidora.

1 - As mulheres que trabalham no garimpo como cozinheiras, em grande parte, também trabalham como prostitutas, tanto no período noturno, quanto no período de chuvas mais intensas que impedem as atividades de garimpo.

1 - Os locais onde se encontram os veios mais promissores para a exploração de minérios, ao se tornarem conhecidos, geram notícias de sucesso no garimpo e convertem-se em objeto de disputas acirradas entre garimpeiros e/ou empreendedores de garimpagem de diversas proveniências que, rapidamente passam a concentrar-se nas imediações. A ocupação e a manutenção da posse nas áreas mais cobiçadas, assim como o controle do fornecimento e comercialização de gêneros de consumo nos garimpos, passam a ser disputados e decididos em conflitos particulares, os quais muitas vezes se manifestam na forma de violências físicas praticadas entre os indivíduos. Veja-se, como exemplo, alguns casos corriqueiros de conflitos envolvendo disputas entre garimpeiros, noticiados pela imprensa local, constantes em anexo: "O Diário de Roraima" de 27/2/92; "A Folha de Boa Vista" de 24/11/92; "A Folha de Boa Vista" de 15/12/92; "O Diário de Roraima" de 15/12/92, entre diversos outros.

1 - As barracas, acampamentos e instrumentos acessórios utilizados pelos garimpeiros são montados de maneira diversificada, conforme a disponibilidade de material e a expectativa de rendimento dos locais de lavra, comportando variações no número de garimpeiros abrigados por barraca (maiores e menores) e de trabalhadores atuantes em cada local. Dadas tais variações, e o tempo incomensuravelmente maior que se requer para elaborar uma interpretação quantitativamente correta de tais itens, considero mais seguro avaliar apenas o cômputo do número de maquinários instalados e das unidades de produção em atividade, para proceder a uma estimativa aproximada, porém com menor margem para eventuais enganos, quanto a abrangência da atuação do garimpo.

1 - No garimpo vigora a chamada "lei do silêncio", segundo a qual todos os indivíduos se mantêm relativamente incógnitos, não cabendo desvendar suas identidades pretéritas - não se usam sobrenomes -, nem as trajetórias pessoais de vida - não se comenta o percurso individual das pessoas -, e, em função disto e do tempo limitado de pesquisa, apuraram-se somente alguns nomes (primeiros-nomes) e apelidos designativos utilizados mais abertamente para os responsáveis pelos maquinários.

1 - O garimpo do Suapi é um caso particular: completamente isolado dos demais locais aqui mencionados, sem qualquer acesso terrestre ou fluvial desde o território brasileiro, surpreendentemente, no entanto, é ligado, através de uma estrada de rodagem exclusiva, aberta em território venezuelano, aos centros de povoamento do outro lado da fronteira internacional. O Suapi é o único caso em que todo o transporte de garimpeiros e suprimentos se realiza, exclusivamente, por via aérea. Como operam apenas aeronaves particulares na rota entre o Suapi e o restante do território brasileiro, o acesso e o tráfego de pessoas e produtos é absolutamente monopolizado pelos "donos" do garimpo, os quais impõem soberanamente, longe de qualquer controle externo, as normas de convivência entre os indivíduos naquele local.

1 - O processo administrativo de reconhecimento oficial da área indígena Raposa/Serra do Sol, embora ainda não esteja concluído definitivamente, já percorreu todas as instâncias de tramitação internas da Funai e o parecer final do órgão indigenista oficial, encaminhado à sanção do sr. Ministro da Justiça, propõe a

delimitação de uma área coincidente com os mesmos limites descritos no presente quesito (de número 10), o que vem corroborar a argumentação que fundamenta a resposta aqui apresentada ao referido quesito.

1 - Na área em questão, como já foi dito, vivem índios Macuxi, Ingaricó, Taurepang, Patamona e Wapixana, mas dado que os índios Taurepang, Patamona e Wapixana habitantes desta área somam apenas indivíduos e famílias isoladas, vivendo inter-relacionados, através de laços de casamento, entre outras famílias e parentelas Macuxi e Ingaricó, e, conseqüentemente, não constituem uma comunidade propriamente autônoma, isto é, étnicamente diferenciada, julgo ser mais apropriado limitar-me às referências correspondentes aos Macuxi e Ingaricó, os quais mantêm uma presença na área qualitativamente distinta.